



AUTARQUIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Autarquia Municipal de Educação de Apucarana Superintendência de Licitações			
Nº CONTRATAÇÃO (COMPRAS.GOV):		928300 - 05/2026	
Processo Administrativo	45767/2026	Pregão Eletrônico	29/2026
Realização da Licitação	09:30 horas do dia 02/09/2026		
Tipo	Menor preço por Item – Compras		
Objeto	Aquisição de kits de doces para serem entregues a todos os alunos da rede municipal de ensino em comemoração ao dia das crianças		
Órgão	Autarquia Municipal de Educação de Apucarana – UASG 928300		

Índice:

- 1.0 Do objeto, do preço máximo e do critério de julgamento;
- 2.0 Da impugnação, dos esclarecimentos;
- 3.0 Das condições de liquidação, pagamento e reajuste;
- 4.0 Condições de participação;
- 5.0 Do credenciamento e do sistema eletrônico;
- 6.0 Do cadastramento da proposta;
- 7.0 Da abertura da sessão pública;
- 8.0 Da formulação dos lances;
- 9.0 Dos critérios de desempate;
- 10.0 Da negociação;
- 11.0 Do envio da proposta de preços;
- 12.0 Do julgamento e aceitabilidade da proposta vencedora;
- 13.0 Das Amostras;
- 14.0 Da habilitação;
- 15.0 Do encaminhamento da documentação de habilitação;
- 16.0 Da verificação da documentação de habilitação;
- 17.0 Dos recursos administrativos;
- 18.0 Da assinatura do contrato de fornecimento de bens
- 19.0 Das sanções;
- 20.0 Da revogação e anulação;
- 21.0 Disposições gerais.

INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS
Telefone para contato: 43 3308-1400, Ramais: 423 ao 425. Horário: 08:00 às 18:00 horas Email: licitacao.ame@apucarana.pr.gov.br

Autarquia Municipal de Educação
Avenida Jaboti, 195
Vila Martins, Apucarana - PR
(43) 3308-1699 | www.apucarana.pr.gov.br/ame



RESUMO DO EDITAL			
1. Objeto: Aquisição de kits de doces para serem entregues a todos os alunos da rede municipal de ensino em comemoração ao dia das crianças.			
2. Valor Máximo e condições de liquidação e pagamento: <ul style="list-style-type: none">R\$ 238.732,59 (duzentos e trinta e oito mil e setecentos e trinta e dois reais e cinquenta e nove centavos),Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos para fins de liquidação e pagamento.			
3. Critério de julgamento: Menor preço por Item			
4. Ampla Concorrência	5. Exclusivo MEI/ME/EPP	6. Reserva de Lote MEI/ME/EPP	7. Amostras
SIM (X) NÃO ()	SIM (X) NÃO ()	SIM () NÃO (X)	SIM (X) NÃO ()
7. Plataforma eletrônica: www.gov.br/compras			
9. Do cadastro das propostas: A proposta eletrônica deverá ser encaminhada exclusivamente por meio do sítio www.gov.br/compras , a partir da liberação do Edital, até as 09h30min do dia 02 de Setembro de 2026 , horário de Brasília-DF.			
10. Início da fase de lances: A partir das 09h30min do dia 02 de Setembro de 2026 , horário de Brasília-DF, a sessão pública na internet, no sítio eletrônico www.gov.br/compras , será aberta por comando do Pregoeiro, com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas e início da etapa de lances.			
11. Da habilitação: conforme o item 14 do edital.			
11. Itens: Conforme anexo III do edital, sendo o Termo de Referência.			
12. Prazo de execução: Conforme anexo III do edital, sendo o Termo de Referência.			
13. Vigência do contrato: 90 (noventa) dias.			



A **Autarquia Municipal de Educação de Apucarana**, inscrita no CNPJ SOB Nº 11.701.924/0001-31, sediado à Avenida Jaboti, 195, neste município, por intermédio dos pregoeiros, designados pelas Portarias nº **362/2025 de 05 de Novembro de 2025**, em conformidade com o disposto na Lei Federal 14.133/2021, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/14; Lei Municipal nº 101/2019; Decreto Municipal nº 936/2023, o qual regulamenta a Lei Federal 14.133/2021; Decreto Municipal nº 608/2023; e suas alterações, legislação correlata e pelas normas do portal de compras governamentais (www.comprasgovernamentais.gov.br), torna pública a realização de licitação, na modalidade **Pregão**, na forma **Eletrônica**, do tipo **Menor Preço – Item - Compras**, conforme as condições e especificações constantes do presente edital, inclusive seus anexos, notadamente o **Anexo III**, que veicula o Termo de Referência.

Processo Administrativo		Edital de Pregão Eletrônico	
45767/2026		29/2026	
Expedido em	20/08/2026		
Tipo	Menor Preço – Item – Compras		
Data inicial para acolhimento das propostas		Data final de cadastro das propostas e início da fase de lances	
21/08/2026		02/09/2026	
Hora da fase de lances		09:30 HS	
Requisitante			
Ofício nº 965/2026 – Autarquia Municipal de Educação (AME)			

1. Do objeto, do preço máximo e do critério de julgamento

1.1 A presente licitação tem por objeto abertura de processo licitatório para **Aquisição de kits de doces para serem entregues a todos os alunos da rede municipal de ensino em comemoração ao dia das crianças**, de acordo com as condições e especificações constantes do presente edital, inclusive seus anexos, notadamente o **Anexo III**, que veicula o termo de referência.

1.2 De acordo com o mapa de preços resta fixado em até **R\$ 238.732,59 (duzentos e trinta e oito mil e setecentos e trinta e dois reais e cinquenta e nove centavos)**, o preço máximo estimado da futura aquisição.

1.3 A proposta final que consignar preços, mesmo que após as tentativas de negociações, inclusive unitários, superiores aos fixados por este edital será desclassificada, conforme o §1º

Autarquia Municipal de Educação
Avenida Jaboti, 195
Vila Martins, Apucarana - PR
(43) 3308-1699 | www.apucarana.pr.gov.br/ame



do Art. 61 da Lei Federal 14.133/2021.

1.1. 1.4 As despesas decorrente da aquisição dos itens de que trata o objeto deste termo de referência correrão à conta do orçamento:

Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil - Creche – 2121			
Sub. Elemento – descrição		Vínculo	Referência
3339032990200000000	Gênero Alimentício de Distribuição Gratuito	001 - Recursos do Tesouro (Descentralizados)	815
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil – Pré-escola – 2122			
Sub. Elemento – descrição		Vínculo	Referência
3339032990200000000	Gênero Alimentício de Distribuição Gratuito	001 - Recursos do Tesouro (Descentralizados)	850
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental – 2123			
Sub. Elemento – descrição		Vínculo	Referência
3339032990200000000	Gênero Alimentício de Distribuição Gratuito	001 - Recursos do Tesouro (Descentralizados)	756

O critério de julgamento da presente licitação é o de **MENOR PREÇO POR ITEM - COMPRAS**.

1.5 Nesse processo, não haverá cotização do Item para mantermos a padronização dos produtos, onde todos os alunos da Rede Municipal de Ensino recebam o mesmo produto, com o mesmo padrão de qualidade. Contemplado assim, nos termos do artigo 49, Inc. III, da Lei Complementar LC 123/2006.

2. Da impugnação, dos esclarecimentos

2.1 As impugnações ao presente Edital poderão ser feitas até as 18 horas do dia **28/08/2026**, três dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública do Pregão, por qualquer cidadão ou licitante.

2.2 A impugnação deverá ser apresentada por escrito, dirigida ao Pregoeiro, e conter o nome completo do responsável, indicação da modalidade e número do certame, a denominação social da empresa, número do CNPJ, telefone, endereço eletrônico para contato, devendo ser protocolada no Setor de Protocolo da Prefeitura do Município de Apucarana, localizado no Centro Cívico José de Oliveira Rosa, nº 25, no horário das 08h00 às 18h00, ou encaminhada por e-mail ao endereço eletrônico: licitacao.ame@apucarana.pr.gov.br

2.3 A impugnação será julgada em até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e a resposta será publicada no Portal da Transparência do Município de Apucarana, e disponibilizada no sítio **www.apucarana.pr.gov.br**, no link



Transparência -> Licitações, Contratos e Patrimônio -> Licitações, Compras e Contratos ->

Licitações Gerais -> Unidade Gestora: Autarquia Municipal de Educação de Apucarana.

2.4 Não será conhecida impugnação interposta por fax ou vencido o respectivo prazo legal.

2.5 Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

2.6 Os pedidos de **esclarecimentos** referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, **até 03 (três) dias úteis anteriores** à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, endereçados exclusivamente ao e-mail: licitacao.ame@apucarana.pr.gov.br

2.6.1 O(a) pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

2.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

2.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

2.7.2 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

3. Das condições de liquidação, pagamento e reajuste

Da Liquidação:

3.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos para fins de liquidação.

3.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e



- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

3.2.1 A nota fiscal deverá ser emitida de acordo com Decreto Municipal nº 608/2023, o qual está em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1.234 de 11 de Janeiro de 2012 e alterações posteriores;

3.2.2 A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal observando os percentuais estabelecidos no citado decreto;

3.2.3 Caso o fornecedor seja imune, isento e/ou possua dispensa através de amparo legal, o mesmo deverá indicar no campo observação da nota fiscal. Na ausência de informação, o Departamento de Contabilidade, juntamente com a Secretaria da Fazenda, procederá a retenção do imposto conforme as alíquotas contidas no Anexo I da citada Instrução Normativa.

3.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

3.4 O pagamento será precedido de consulta aos sistemas que geram as Certidões Negativas, para comprovação de cumprimento dos requisitos de habilitação.

3.5 Na hipótese de irregularidade na habilitação, a contratada deverá regularizar a sua situação no prazo de até 15 (quinze) dias, sob pena de aplicação das sanções contratuais e rescisão do contrato.

3.6 O pagamento efetuado pela Autarquia Municipal de Educação não isenta a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades.

3.7 É vedado à contratada transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

3.8 Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela Autarquia Municipal de Educação, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$



I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

Forma de pagamento

3.9 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

3.10 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

3.11 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

3.12 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Do restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro:

3.13 Do Reajustamento de Preços: quando e se for o caso, será efetuado na periodicidade prevista em lei nacional, considerando-se a variação ocorrida desde a data do orçamento estimado, até a data do efetivo adimplemento da obrigação, calculada pelo índice definido no contrato.

1.13.1 A data do orçamento estimado a que se refere o item anterior é a data em que o orçamento ou a planilha orçamentária foi elaborada, independente da data da tabela referencial utilizada, se for o caso.

3.14 O edital ou o contrato de obras e serviços de engenharia e/ou arquitetura, de serviços continuados e não continuados sem mão de obra com dedicação exclusiva ou sem predominância de mão de obra, deverá indicar o critério de reajustamento de preços e a periodicidade, sob a forma de reajustamento em sentido estrito, com a adoção de índices



específicos ou setoriais.

3.14.1 Na ausência dos índices específicos ou setoriais, previstos no artigo anterior, adotar-se-á o índice geral de preços mais vantajoso para a Administração, calculado por instituição oficial que retrate a variação do poder aquisitivo da moeda.

3.14.2 O índice a ser o utilizado no reajuste do contrato será o INPC, com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

Observação: Há a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

3.14.3 Quando, antes da data do reajustamento, já tiver ocorrido à revisão do contrato para a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada.

3.14.4 Se em consequência de culpa da contratada forem ultrapassados os prazos, o reajustamento só será aplicado com índice correspondente ao respectivo período de execução previsto no cronograma físico-financeiro, sem prejuízo das penalidades.

3.14.5 Se a contratada antecipar cronograma, o reajustamento somente será aplicado com índice correspondente ao período de execução efetiva, conforme planilha de medição.

3.14.6 O registro do reajustamento de preços deve ser formalizado por simples apostila.

3.14.7 Se, juntamente do reajustamento, houver a necessidade de prorrogação de prazo e/ou acréscimo e/ou supressão de valores, é possível formalizá-lo no mesmo termo aditivo.

3.14.8 A contratada ao assinar aditivo ao contrato mantendo as demais cláusulas em vigor, sem ressalva em relação ao reajustamento de preços, importará renúncia quanto às parcelas reajustáveis anteriores ao aditivo.

3.15 Repactuação: é uma forma de manutenção do equilíbrio econômico financeiro do contrato que deve ser utilizada para serviços continuados com dedicação exclusiva da mão de obra, ou com predominância de mão de obra, por meio da análise da variação dos custos contratuais, devendo estar prevista no instrumento convocatório com data vinculada à apresentação das propostas, para os custos decorrentes do mercado, e com data vinculada ao acordo ou à convenção coletiva ao qual o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra.



3.15.1 Será admitida a repactuação dos preços dos serviços de engenharia e/ou arquitetura continuados contratados com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano.

Observação: Para que haja a repactuação dos preços é necessária a demonstração analítica da variação dos componentes dos custos.

3.15.2 O intervalo mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir da data do orçamento a que a proposta se referir, isto é, da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, para os custos decorrentes de mão de obra, e da data limite para a apresentação da proposta em relação aos demais insumos com custos decorrentes do mercado.

Observação: Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação com data base de acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das categorias envolvidas na contratação.

3.15.3 As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que fundamenta a repactuação.

3.16 Revisão: fato extraordinário, imprevisível ou previsível, mas de consequências incalculáveis, previsto no Artigo 127 da Lei Federal 14.133/2021 e no Artigo 272 do Decreto Municipal 936/2023;

3.16.1 Quando verificado pela empresa vencedora que os valores para fornecimento dos produtos não condizerem com a realidade dos preços praticados pelo mercado, a mesma poderá solicitar o restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, por meio de documentos que comprovem os prejuízos, como por exemplo, notas fiscais de compra atualizadas, que deverão ser protocolados em dias úteis, das 08:00 hs às 18:00 hs, no edifício da Prefeitura, Centro Cívico José de Oliveira Rosa, nº 25, setor de protocolo, ou por meio do endereço eletrônico: licitacao.ame@apucarana.pr.gov.br.

3.16.2 Para que o processo seja deferido, as empresas habilitadas e classificadas na sessão do pregão eletrônico serão convocadas para apresentarem os valores para os itens que



serão reequilibrados. Desta forma se houverem valores inferiores ao solicitado pela empresa vencedora, serão realizadas negociações conforme orientações da Procuradoria Jurídica.

4. Condições de participação

4.1 Não poderão participar, direta ou indiretamente, deste Pregão:

4.1.1 Interessados que se enquadrem nas vedações previstas no Artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/21;

4.1.2 Empresas cujo objeto social não seja compatível com o objeto deste Pregão;

4.1.3 Empresas que não estejam regularmente estabelecidas no País;

4.1.4 Empresas suspensas temporariamente de participar de licitação e de contratar com o Município de Apucarana ou outra entidade deste Município;

4.1.5 Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

4.1.6 Empresas que se encontrem sob falência, dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial, exceto empresas com plano de recuperação acolhido judicialmente, e empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente.

4.1.7 Cooperativa de mão de obra;

4.1.8 Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição.

4.1.9 Empresas cujo sócio, cotista ou dirigente seja servidor da Autarquia Municipal de Educação de Apucarana, ou cônjuge, companheiro, parente em linha reta e colateral, consanguíneo ou afim até o terceiro grau, de servidor público do Executivo ou Legislativo do Município de Apucarana, que nele exerça cargo em comissão ou função de confiança, seja agente de contratação, membro da comissão de contratação, pregoeiro ou autoridade ligada à contratação.

5. Do credenciamento e do sistema eletrônico

5.1 Os interessados em participar desta Licitação deverão estar previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e perante o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, pelo site www.gov.br/compras.

5.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.



5.1.2 O número da UASG no sistema COMPRASGOV: 928300. É por este número que será encontrado o processo e poderá se cadastrar para a participação em todas as licitações da Autarquia de Educação.

5.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5.5 A proponente será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e seus lances.

5.5 Se o sistema do pregão eletrônico ficar inacessível por problemas operacionais exclusivamente por parte do portal de compras, com a desconexão de todos os participantes no decorrer da etapa competitiva do pregão, o certame será suspenso e retomado somente após a comunicação via e-mail e chat aos participantes.

5.6 No caso de desconexão apenas do pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico permanecerá acessível às proponentes para recepção dos lances, retomando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

5.8 Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes.

5.9 Caberá à proponente:

5.9.1 Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o todo o processo do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, inclusive no que tange aos subitens supra.



5.9.2 Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

5.9.3 O uso da senha de acesso pela proponente é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo plataforma responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.9.4 O credenciamento junto ao SICAF, implica a responsabilidade legal da proponente e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.

5.10 **ATENÇÃO!** Em caso de suspensão da sessão pública informada no Chat da Plataforma Compras Governamentais, conforme **art. 43 da IN SEGES/ME 73/2022**, a mesma somente poderá ser retomada **mediante aviso prévio no sistema, com antecedência mínima de 24 horas**.

6. Cadastramento da proposta

6.1 A proposta eletrônica deverá ser encaminhada exclusivamente por meio do sítio www.gov.br/compras, a partir da liberação do Edital, até as **09h30min do dia 02 de Setembro de 2026**, horário de Brasília-DF.

6.1.1 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descrito no Compras governamentais (CATMAT) e as especificações constantes deste edital, **prevalecerão a do edital**.

6.1.2 **ATENÇÃO!** As Empresas que se cadastrarem no Programa de integridade (Lei nº 14.133/2021, regulamentado pelo Decreto nº 12.304/2024), LEMBRAMOS! Que a Declaração Falsa sobre a existência do programa de integridade pode levar a penalidades severas, incluindo advertências, multas, impedimento de licitar e até declaração de inidoneidade.

6.2 O licitante deverá dar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

6.3 A apresentação das propostas implicará plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital.

6.4 Ocorrendo discordância entre o valor unitário e o total, prevalecerá o primeiro.



7. Da abertura da sessão pública

7.1 A partir das **09h30min horas do dia 02 de Setembro de 2026, horário de Brasília-DF**, a sessão pública na internet, no sítio eletrônico www.gov.br/compras, será aberta por comando do Pregoeiro, com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas e início da etapa de lances.

7.2 A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

7.3 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

7.4 A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.5 Ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

8. Da formulação dos lances

8.1 Será adotado para o envio de lances o modo de **disputa aberto e fechado**.

8.2 Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

8.2.1 Os lances, deverão ser expressos em moeda corrente nacional (real), admitindo-se para o valor, apenas 02 (duas) casas decimais após a vírgula (R\$ 0,00).

8.3 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

8.4 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

8.5 A diferença entre os lances enviados não poderá ser inferior a R\$ 0,01 e incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.



8.6 Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do ofertante.

8.7 Caso o licitante não realize lances, permanecerá o valor da proposta inicial para efeito da classificação final.

8.8 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

8.9 A fase de lances terá duração inicial de 15 (quinze) minutos.

8.10 Encerrado o prazo inicialmente fixado, o sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção dos lances será automaticamente encerrada.

8.11 Após o encerramento da recepção dos lances, o sistema eletrônico abrirá a oportunidade para que o licitante detentor da proposta de menor preço e os demais licitantes que se encontrem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta possam ofertar lance final e fechado.

8.12 O lance final de que trata o subitem anterior poderá ser ofertado em até 5 (cinco) minutos e será sigiloso até o encerramento desse prazo.

8.13 Na ausência de, no mínimo, três ofertas na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado.

8.14 Em não havendo lance final e fechado classificado, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado.

8.15 Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o Pregoeiro poderá, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada.

8.16 As propostas de licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.17 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada nos termos do subitem acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate,



obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos – controlados pelo sistema – contados após a comunicação automática para tanto.

8.18 Caso a licitante classificada como microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes qualificadas como microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontrarem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.19 O disposto no subitem acima somente será aplicável quando a melhor proposta final não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.20 O Pregoeiro poderá suspender a sessão de lances caso seja imprescindível à realização de eventual diligência.

8.21 Realizada a diligência, o Pregoeiro notificará os licitantes sobre a data, horário e local onde será dado prosseguimento à sessão pública.

9. Critérios de desempate

9.1 Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos na LC nº 123/06, seguido da aplicação do critério estabelecido no Art. 60 da Lei Federal nº 14.133/21, assim como no Art. 154 do Decreto Municipal 936/2023, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

9.2 Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do subitem anterior, no caso de ausência de envio de lances após o início da fase competitiva.

9.3 Caso o edital tiver tratamento diferenciado e simplificado, conforme o Art. 155 do Decreto Municipal nº 936/2023, que concede o tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte Locais e Regionais de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, cujo objetivo é:

- I) a promoção do desenvolvimento econômico e social;
- II) a ampliação da eficiência das políticas públicas e;
- III) o incentivo à inovação tecnológica.

9.3.1 De acordo com o Art. 2º da Lei Municipal nº 101/2019, para os benefícios previstos nesta lei ficam assim definidos geograficamente os termos "local" e "regional":

I. **Local:** Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) sediadas em



todo território do Município de Apucarana - Estado do Paraná.

II. **Regional:** Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPPs) sediadas em um dos Municípios integrantes da Associação dos Municípios do Vale do Ivaí - AMUVI, formada pelos Municípios de 1) Apucarana, 2) Arapuã, 3) Ariranha Do Ivaí, 4) Bom Sucesso, 5) Borrazópolis, 6) Califórnia, 7) Cambira, 8) Cruzmaltina, 9) Faxinal, 10) Godoy Moreira, 11) Grandes Rios, 12) Ivaiporã, 13) Jandaia Do Sul, 14) Jardim Alegre, 15) Kaloré, 16) Lidianópolis, 17) Lunardelli, 18) Marilândia Do Sul, 19) Marumbi, 20) Mauá Da Serra, 21) Novo Itacolomi, 22) Rio Bom, 23) Rio Branco Do Ivaí, 24) Rosário Do Ivaí, 25) São João Do Ivaí E 26) São Pedro Do Ivaí.

9.3.2 Para o cumprimento do disposto no Art. 3º da Lei 101/2019, a administração pública municipal adotará as regras previstas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, em especial aquelas constantes dos Arts. 44 a 49, bem como em normas regulamentares que prevejam tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, especialmente, os incisos I e III dessa lei.

9.3.3 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte.

10. Negociação

10.1 Após o encerramento da etapa de lances, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

10.2 O Pregoeiro poderá negociar com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

10.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.



11. Envio da proposta de preços

11.1 A proposta de preços equalizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares exigíveis para essa etapa ou quando necessários à confirmação daqueles exigidos e já apresentados, deverá ser anexada no sistema Compras Governamentais, pelo licitante convocado, em até 2 (duas) horas.

11.1.1 O prazo de envio poderá ser alterado por solicitação do licitante convocado ou por decisão do Pregoeiro, ambas as opções devidamente justificadas.

11.2 O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada no item anterior, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

11.3 A proposta deverá conter:

11.3.1 Proposta de preços, contendo as informações do modelo do Anexo II deste Edital, vedado o preenchimento desta com dados aleatórios, sob pena de desclassificação;

11.3.2 Preços unitários e totais, em Real, em algarismo, com no máximo duas casas após a vírgula, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;

11.3.3 Indicação de que nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto;

11.3.4 Prazo de validade da proposta de, no mínimo, **90 (noventa) dias**, contados da data de abertura da licitação.

11.4 A proposta, enviada exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, deve atender todas as especificações técnicas obrigatórias do Edital e Anexos sob pena de desclassificação.

11.5 A proposta apresentada terá que refletir preços equivalentes aos praticados no mercado no dia de sua apresentação.

11.6 A apresentação da proposta implicará:

11.6.1 Conhecimento e aceitação plena e total de todas as cláusulas e condições estabelecidas por este Edital e seus Anexos;

11.6.2 Conhecimento das especificações, quantitativos, encargos gerais, e, condições para fornecimento dos produtos, sujeitando-se ao gerenciamento e fiscalização da Autarquia Municipal de Educação de Apucarana.

12. Julgamento e aceitabilidade da proposta vencedora

Autarquia Municipal de Educação
Avenida Jaboti, 195
Vila Martins, Apucarana - PR
(43) 3308-1699 | www.apucarana.pr.gov.br/ame



12.1 Encerrada a etapa de lances e depois de concluída a negociação e verificação de possível empate, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no Art. 14 da Lei nº 14.133/21, legislação correlata e no subitem 4.1 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou na futura contratação, mediante consulta aos cadastros indicados no subitem 14.15 do Edital.

12.2 No caso de constatação de falta de condição de participação, o licitante será excluído do certame.

12.3 Confirmadas as condições de participação, o Pregoeiro examinará a proposta quanto às especificações do objeto ofertado e compatibilidade do preço em relação ao valor máximo para a contratação.

12.4 O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Autarquia Municipal de Educação de Apucarana ou do Município de Apucarana ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

12.5 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

12.6 Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

12.7 Não serão aceitas propostas que possuam valores unitários e totais superiores aos máximos ou preço manifestamente inexequível.

12.8 Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

12.9 Havendo indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 2º do Art. 59 da Lei nº 14.133 de 2021, assim como no Decreto Municipal 936/2023, em seu Art. 136, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:



12.9.1 Questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecução;

12.9.2 Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

12.9.3 Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

12.9.4 Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;

12.9.5 Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

12.9.6 Verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;

12.9.7 Levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, e junto ao Ministério da Previdência Social;

12.9.8 Consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;

12.9.9 Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

12.9.10 Levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;

12.9.11 Estudos setoriais;

12.9.12 Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos equipamentos.

12.9.13 Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

12.10 No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos os licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.11 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item anterior, a sessão pública será reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

12.12 A adequação da proposta na forma acima não poderá acarretar majoração de seu valor global.

12.13 Serão também desclassificadas as propostas:



12.13.1 Que estejam em desacordo com as especificações, prazos e condições fixados neste Edital;

12.13.2 Que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais proponentes;

12.13.3 Que contiverem vícios, por omissão, irregularidades e/ou defeitos capazes de dificultar o julgamento e que não sejam passíveis de saneamento na própria sessão;

12.13.4 Que para sua viabilização indiquem condições genéricas de cobertura de outras propostas, ou de subsídios condicionados que não estejam autorizados em Lei, ou se refiram a repasse de descontos ou de isenção de tributos ou ainda aquelas em desacordo com o edital, ou qualquer norma jurídica aplicável à contratação;

12.13.5 Que após diligências não forem corrigidas ou justificadas.

12.14 Se a proposta não for aceitável, ou for desclassificada, o Pregoeiro examinará a subsequente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

12.15 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

13. Amostras

13.1 Os três primeiros Licitantes classificados de cada Item deverão apresentar amostra física, devidamente identificada com a razão social da licitante, número do pregão, do item a que se refere e dispor, ainda, de informações quanto as suas características, tais como a marca, a composição e outros.

13.1.1 Justificativa: A solicitação da amostra dos três primeiros classificados de cada Item servirá para dinamizar a convocação dos licitantes, reduzindo o tempo de solicitação e produção das mesmas. Ou seja, com a classificação dos três primeiros ganha-se um tempo de 03 (três) dias úteis entre uma e outra licitante, pensando em reprovação dos itens. A análise será feita individualmente, conforme a colocação de cada licitante, não servindo para comparação entre as mesmas.

13.2 Os três primeiros Licitantes classificados de cada Item, terão o prazo de 03 (três) dias úteis, após a fase de lances, para apresentação das AMOSTRAS com suas respectivas FICHAS TÉCNICAS, que deverão ser encaminhadas a este departamento de licitação, na Prefeitura



Municipal de Apucarana, Centro Cívico José de Oliveira Rosa, nº 25, 2º andar, setor de compras e licitações AME, conforme os seguintes critérios:

13.2.1 A remessa e a retirada da amostra apresentada ficará a cargo da licitante, não cabendo qualquer ônus a esta seção.

13.2.2 A amostra deverá estar devidamente identificada com a razão social da licitante, número do pregão, do item e lote a que se refere, e dispor, ainda, de informações quanto as suas características, tais como data de fabricação, prazo de validade, marca e outros.

13.2.3 As amostras poderão ser abertas, manuseadas e submetidas aos testes necessários.

13.2.4 Será desclassificada a amostra que:

13.2.4.1 Apresentar divergência com relação às especificações do termo de referência deste processo e condições definidas no ato convocatório, observando-se os critérios de avaliação da comissão.

13.2.4.2 For de qualidade inferior em relação às especificações constantes da proposta.

13.2.4.3 Apresentar divergência com relação às exigências técnicas constante no termo de referência, qual seja, observado:

Para os itens de Gêneros alimentícios não perecíveis:

a) Os Gêneros Alimentícios não perecíveis devem apresentar uma composição química consistente e equilibrada, sem a presença de substâncias nocivas.

b) Deve ser livre de contaminação microbiológica, química e física. Isso inclui a inexistência de bactérias, vírus, parasitas, pesticidas, metais pesados e outros poluentes.

c) Os Gêneros Alimentícios não perecíveis devem possuir embalagem própria, sem sujidades ou perfurações.

d) Informações detalhadas sobre a origem, composição e data de validade dos Gêneros Alimentícios não perecíveis devem constar na embalagem, permitindo que a Administração Pública faça averiguações quando necessário.

CARACTERIZAÇÃO DOS ITENS:

I. Produtos industrializados:

II. Composição Nutricional:

- Identificar o valor nutricional por porção;
- Identificar o percentual mínimo do nutriente do produto;
- Destacar restrição ou isento de um ou mais nutrientes ou ingredientes na



composição;

- Indicar nutriente da composição, em caso de fortificação;
- Destacar restrição ou isenção de aditivos alimentícios previsto em legislação vigente;

Embalagem

- Tipo de embalagem;
- Data de fabricação, validade e lote;
- Registro do órgão de inspeção sanitária;
- Condições de integridade da embalagem;
- Informar unidade de medida (grama, quilo, litros, etc.);
- Indicar gramatura/volume existente no mercado ou aquela necessária ao pleno funcionamento do serviço;
- Indicar permeabilidade da embalagem;
- Indicar a necessidade de dupla embalagem se for o caso;
- Indicar o tipo de vedação da embalagem, quando for o caso.

13.2.4.4 Em suma, a avaliação deverá observar rigorosamente as especificações constantes no Termo de Referência, verificando se os produtos apresentados atendem às exigências de qualidade, apresentação, composição e acondicionamento, assegurando que os kits entregues aos alunos estejam em conformidade com o objeto licitado.

Checklist para Avaliação das Amostras:

Item de Avaliação	Atende	Não Atende	Observações
Os produtos apresentados correspondem às marcas e especificações exigidas no Termo de Referência.			
As quantidades de cada item do kit estão de acordo com o Termo de Referência.			
Os produtos apresentam aspecto visual adequado, íntegro e sem avarias.			
As embalagens individuais encontram-se íntegras, lacradas e sem sinais de violação.			
As embalagens apresentam identificação do fabricante, lote, data de fabricação e prazo de validade, quando aplicável.			
O prazo de validade atende às exigências previstas no edital/Termo de Referência.			



A embalagem externa (kit) apresenta boa qualidade, resistência e acondicionamento adequado para transporte e distribuição.			
A apresentação geral do kit é satisfatória, permitindo sua distribuição sem riscos de danos aos produtos.			
Os produtos apresentam características compatíveis com alimentos próprios para consumo, sem alterações aparentes de cor, odor ou aspecto.			
A amostra atende integralmente às especificações técnicas do edital e do Termo de Referência.			
Parecer da Comissão			
() Aprovada () Reprovada			
Justificativa:			

14. Habilitação

14.1 Para a habilitação dos licitantes, será exigida a documentação relativa:

14.1.1 À habilitação jurídica;

14.1.2 À qualificação técnica;

14.1.3 À qualificação econômico-financeira;

14.1.4 À regularidade fiscal e trabalhista;

14.1.5 Ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

14.2 Documentos relativos à **habilitação jurídica**:

14.2.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

14.2.2 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

14.2.3 No caso de Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

14.2.4 No caso de sociedade estrangeira em funcionamento no país: Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

Autarquia Municipal de Educação

Avenida Jaboti, 195

Vila Martins, Apucarana - PR

(43) 3308-1699 | www.apucarana.pr.gov.br/ame



14.2.5 Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

14.3 Documentos relativos à **qualificação técnica**:

14.3.1. Empresas cadastradas ou não no SICAF ou deverão apresentar:

14.3.1.1 Certidão(ões) ou atestado(s) de capacidade técnica, emitido por pessoa de direito público ou privado, comprovando a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto de licitação, que será atendida por pelo menos 01 (um) atestado expedido por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa licitante, devendo comprovar o fornecimento satisfatório do objeto licitado OU, tratando-se de fornecimento ou serviço já realizados para a administração pública, direta ou indireta, do município de Apucarana, Contrato/Ata de Registro de Preços ou equivalente.

14.4 Documentos relativos à **qualificação econômicofinanceira**:

14.4.1 Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial, ou certidão que comprove plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

14.4.2 Balanço patrimonial e demonstração de resultado de exercício do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

14.4.3 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstração de resultado de exercício social referentes ao período de existência da sociedade;

14.4.4 A comprovação do balanço patrimonial será feita da seguinte forma:

14.4.4.1 No caso de sociedades anônimas, na forma do Art. 289, da Lei Federal nº 6.404/1976;

14.4.4.2 No caso de empresas de responsabilidade limitada, cópia autenticada das páginas do Livro Diário, contendo Termo de Abertura, Balanço Patrimonial, Demonstração de resultado de exercício e Termo de Encerramento, com o



respectivo registro na Junta Comercial, do último exercício social.

14.4.4.3 Para fins do subitem anterior, as empresas que adotarem o SPED Contábil (Sistema Público de Escrituração Digital) deverão apresentar: o arquivo da ECD que contenha o Balanço Patrimonial do último exercício social (arquivo transmitido por meio do SPED em formato.txt); e o Termo de Autenticação (recibo gerado pelo SPED).

14.4.5 O licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do balanço patrimonial do último exercício social ou do balanço patrimonial referente ao período de existência da sociedade, atestando a boa situação financeira:

LG= Liquidez Geral – superior a 1

SG= Solvência Geral – superior a 1

LC= Liquidez Corrente – superior a 1

Sendo,

$LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$

$SG = AT / (PC + ELP)$

$LC = AC / PC$

Onde:

AC= Ativo Circulante

RLP= Realizável a Longo Prazo

PC= Passivo Circulante

ELP= Exigível a Longo Prazo

AT= Ativo Total

14.4.6 Quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral for igual ou inferior a 1, comprovação de patrimônio líquido ou capital social não inferior a 10% (dez por cento) do valor máximo da contratação;

14.4.7 O balanço patrimonial e as demonstrações de exercício social deverão estar assinados por contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

14.4.8 O Microempreendedor Individual (MEI) estará isento da apresentação do balanço patrimonial.

14.5 Documentos relativos à regularidade fiscal, social e trabalhista:



14.5.1 Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal n.º 8.212/1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

14.5.2 Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

14.5.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

14.5.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei;

14.5.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943.

14.6 As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

14.7 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

14.8 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou



parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

14.9 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

14.10 A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar o autor do menor lance seguinte aos já convocados para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou revogar a licitação.

14.11 Para as certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de **90 (noventa) dias**, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

14.12 Documentação complementar:

14.12.1 Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;

14.12.2 Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação;

14.12.3 Declaração do licitante de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em observância ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

14.12.4 Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

14.12.5 Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, nos termos do inciso I, do Artigo 63, da Lei Federal nº 14.133/21;



14.12.6 Para o fornecedor enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do Art. 4º, da Lei nº 14.133/21;

14.12.7 Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do Art.1º e no inciso III do Art. 5º da Constituição Federal.

14.13 As declarações exigidas no subitem acima serão consultadas no sistema Compras Governamentais.

14.14 A licitante não pode possuir registro impeditivo da contratação no SICAF, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da CGU, disponível no Portal da Transparência (www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis), no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA), do CNJ, por meio de consulta a ser realizada no sítio (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php) e no Cadastro de Impedidos de Licitar do TCE/PR (<http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidosWeb.aspx>), no Município de Apucarana.

14.15 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e, no caso do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA), do CNJ, também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

14.16 A habilitação do licitante cadastrado no SICAF será verificada por consulta online ao sistema, aos documentos por ele abrangidos, e por meio da documentação complementar especificada neste Edital.

14.17 Os documentos abrangidos pelo SICAF são os relativos à:

14.17.1 Habilitação jurídica;

14.17.2 Qualificação econômico-financeira;

14.17.3 Regularidade fiscal e trabalhista.



14.18 O licitante não cadastrado no SICAF deverá apresentar toda a documentação de habilitação prevista neste Edital.

14.19 Ao licitante inscrito no SICAF, cuja documentação relativa à regularidade fiscal, trabalhista e à qualificação econômico-financeira encontrar-se vencida no referido sistema, será facultada a apresentação da documentação atualizada ao Pregoeiro no momento da habilitação.

14.20 Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis.

14.21 Todos os documentos deverão ser apresentados:

14.21.1 Na forma prevista em lei, e quando não houver regulamentação específica, deverão sempre ser apresentados em nome da licitante e com o número do CNPJ ou CPF, se pessoa física;

14.21.2 Em nome da matriz, se o licitante for a matriz;

14.21.3 Em nome da filial, se o licitante for a filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

14.21.4 Em original, em publicação da imprensa oficial ou em cópia autenticada por cartório.

14.22 Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para a língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado.

14.23 Caso os documentos sejam de procedência estrangeira, deverão ser devidamente consularizados.

15. Encaminhamento da documentação de habilitação

15.1 Os documentos de habilitação não abrangidos pelo SICAF ou desatualizados nos cadastros anteriores, serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do Pregoeiro.

15.1.1 O prazo de envio poderá ser alterado por solicitação do licitante convocado ou por decisão do Pregoeiro, ambas as opções devidamente justificadas.

15.2 A verificação, pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova para fins de habilitação.

16. Verificação da documentação de habilitação



16.1 Consideradas cumpridas todas as exigências do Edital quanto à apresentação da documentação de habilitação pelo licitante classificado em primeiro lugar, o Pregoeiro o declarará vencedor.

16.2 Ocorrendo a inabilitação, o Pregoeiro convocará o autor do segundo menor lance e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.

17. Recursos

17.1 Após as etapas de julgamento, o sistema abrirá prazo não inferior a 10 (dez) minutos, durante o qual, qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recorrer.

17.2 Registrada a intenção de recurso será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

17.3 Os recursos e contrarrazões deverão ser manifestados exclusivamente por meio eletrônico via internet, no sítio: www.gov.br/compras.

17.4 Decorridos os prazos para os recursos e contrarrazões, o Pregoeiro terá até 03 (três) dias úteis para:

17.4.1 Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido;

17.4.2 Motivadamente, reconsiderar a decisão;

17.4.3 Manter a decisão, encaminhando o recurso à autoridade julgadora, que terá até 10 (dez) dias úteis para decidir.

17.4.4 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.5 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o processo licitatório para determinar a contratação.



17.6 Não havendo recurso, o Pregoeiro encaminhará o procedimento à autoridade superior para adjudicação e homologação.

17.7 A publicidade do julgamento dos eventuais recursos será no Diário Oficial do Município e no Portal da Transparência, site: www.apucarana.pr.gov.br.

18. Assinatura do contrato

18.1 Após a homologação da licitação, o contrato será enviada ao licitante vencedor para assinatura.

18.2 Para a assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

18.3 Farão parte do contrato, independentemente de suas transcrições, as condições estabelecidas neste Edital.

18.4 O licitante vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da ata, para devolvê-la assinada, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

18.5 O prazo para devolução da ata poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da adjudicatária e aceita pela Autarquia Municipal de Educação de Apucarana.

18.6 A pessoa que assinar a ata deverá demonstrar que possui poderes para praticar o ato, mediante a apresentação de cópias autenticadas dos atos constitutivos, alterações e demais documentos necessários à comprovação de seus poderes.

18.7 Em caso de recusa ou impossibilidade do licitante vencedor em assinar o contrato, executar o objeto, ou quando não fizer a comprovação referida no item anterior, a Autarquia Municipal de Educação de Apucarana adotará as providências cabíveis à imposição de sanção, bem como convocará os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitadores e feita a negociação, contratar com a Administração.

18.8 As empresas vencedoras dos itens deverão comprovar em até 30 (trinta) dias da data da assinatura do contrato, a contratação dos aprendizes e matrícula dos mesmos nos cursos de aprendizagem, em conformidade com a Lei Municipal nº 58/2019 e o art. 99 do Decreto Municipal 936/2023, bem como o caput do art. 429 da CLT.

18.8.1 Nos termos do art. 56, inciso I, do Decreto nº 9.579/18, ficam dispensadas da



contratação de aprendizes as microempresas e as empresas de pequeno porte.

18.9 A obrigação legal de contratação e matrícula de aprendizes nos cursos de aprendizagem para efeitos da Lei Municipal nº58/2019 pode ser cumprida pela manutenção da quantidade mínima legal de aprendizes admitidos pelos licitantes previamente à licitação, conforme caput do art. 429 da CLT.

19. Sanções

19.1 De acordo com o art. 289 do Decreto Municipal 936/2023, os contratados que descumprirem total ou parcialmente as normas administrativas ficarão sujeitos às penalidades descritas no Artigo 156º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.2 Na aplicação das penalidades devem ser consideradas as circunstâncias previstas no §1º do artigo 156, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, assim como no §2º do Art. 289 do Decreto Municipal 936/2023.

20. Revogação e anulação

20.1 Fica assegurado à Autarquia Municipal de Educação de Apucarana o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

20.2 A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

20.3 Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

20.4 A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

20.5 Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.



21. Disposições gerais

21.1 Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de seus documentos de habilitação e eventuais amostras. A Autarquia Municipal de Educação de Apucarana não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.2 É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo desde a realização da sessão pública, exceto nos casos previstos no Artigo 64 da Lei Federal nº14.133/21.

21.3 A Autarquia Municipal de Educação de Apucarana não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste Edital obtidas por meio de terceiros.

21.4 Das sessões públicas serão geradas atas circunstanciadas.

21.5 Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação vigente.

21.6 Na hipótese de divergência entre este Edital e as condições apresentadas pelos licitantes em suas propostas, prevalecerão sempre os termos deste Edital.

21.7 Na contagem dos prazos constantes do presente Edital, observar-se-á o disposto no Artigo 183 da Lei Federal n.º 14.133/21, excluindo-se o dia de início e incluindo-se o dia de vencimento.

21.8 Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

21.9 Para os propósitos da cláusula anterior, definem-se as seguintes práticas:

- a) **“Prática corrupta”**: Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução da ata;
- b) **“Prática fraudulenta”**: A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução da ata;
- c) **“Prática colusivas”**: Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão



licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

d) “Prática coercitiva”: Causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata/Contrato;

e) “Prática obstrutiva”: Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista na cláusula da **dos Contratos vinculados à mesma**, atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

21.10 Integram o presente Edital:

Anexo I: Modelo de Proposta de Preço;

Anexo II: Minuta do Contrato;

Anexo III: Termo de Referência / Estudo Técnico.

Município de Apucarana, 20 de Agosto de 2026.

Ana Paula do Carmo Donato

Diretora Presidente

Autarquia Municipal de Educação de Apucarana



Modelo de Proposta Comercial

Dados da empresa proponente:

(RAZÃO SOCIAL, CNPJ, I.E. OU I.M., ENDEREÇO COMPLETO, DADOS BANCÁRIOS, TELEFONE, E-MAIL, PESSOA PARA CONTATO).

Pela presente, apresentamos nossa proposta comercial para o fornecimento dos itens abaixo descritos, conforme termos do edital de **Pregão Eletrônico nº 29/2026**.

Item	Descrição Dos Itens	Marca	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
##	####	###	##	##	###	####

Valor total da proposta: R\$ 000,00 (Valor por extenso).

Observação: A proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;

Validade da proposta: XX (mínimo 90 dias corridos).

Forma de pagamento:

De acordo com o contido no edital.

[] Nossa empresa **se enquadra** na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do Art. 3º da LC 123/2006 e não está inserida nas excludentes hipóteses do § 4º daquele artigo.

(ou)

[] Nossa empresa **não se enquadra** na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

XXXXXXXXXXXXXX, em xx de XXXXXXXXXXXX de xxxx

Nome da empresa

CNPJ

Assinatura devidamente identificada do representante legal da empresa licitante (apontado no contrato social ou procuração com poderes específicos)

Nota: a proposta comercial deverá conter os dados desse modelo, e ser redigida em português, de forma clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, sob pena de desclassificação, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais proponentes, prejuízo à administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo.



CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRODUTOS Nº XXX/2026	
Processo Administrativo nº 45767/2026	Pregão Eletrônico nº 29/2026

Cláusula Primeira: Das Partes

1.1 Pelo presente instrumento particular de contrato, de um lado, a **Autarquia Municipal de Educação de Apucarana**, pessoa jurídica de direito público interno, sediada na Avenida Jaboti, nº 195, Vila Santo Inácio, CEP 86800-210, Apucarana, Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 11.701.924/0001-31, neste ato representada pela ilustríssima diretora presidente, Sra. **Ana Paula do Carmo Donato**, brasileira, casada, residente à rua Padre Severino Cerutti, 84, neste município, portadora do cadastro de pessoa física Nº. 018.724.809-50, e cédula de identidade Nº 6.605.348-2-SSP/PR, e de outro lado a empresa **xxxxxxx**, situada à Rua xxxxx, portadora do CNPJ nº xxxx, I.E. nº xxx, contato: xxxxx E-mail: xxxxx doravante denominada **contratada**, neste ato representada pelo sr. **xxxx**, residente à Rua xxxxx, portador do Cadastro de Pessoa Física nº xxxx e Cédula de Identidade nº xxxx, convencionam e mutuamente estipulam o seguinte:

Cláusula Segunda: Do Objeto

2.1. Aquisição de kits de doces para serem entregues a todos os alunos da rede municipal de ensino em comemoração ao dia das crianças, de acordo com os itens e dados abaixo:

PARTICIPAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA – ITEM 01					
Item	Especificação dos Produtos	Quant.	Unidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Kit comemorativo em alusão ao Dia das Crianças, acondicionado em embalagem plástica personalizada, resistente, atóxica, adequada ao transporte, armazenamento e manuseio, com temática comemorativa infantil e identificação visual definida pela contratante. A embalagem confeccionada em plástico polipropileno (PP) ou material equivalente, transparente, resistente e apropriado para acondicionamento de produtos alimentícios embalados, contendo impressão colorida em alta definição. Especificações mínimas da embalagem:	12.030	KIT	###,##	###.###,##



<ul style="list-style-type: none">• Dimensões aproximadas de 30 cm de largura x 30 cm de altura, admitindo-se variação de até ± 2 cm;• Espessura mínima de 0,08 mm (80 micras);• Alça vazada reforçada ou sistema equivalente;• Solda térmica reforçada nas laterais e fundo;• Fechamento superior através de lacre, adesivo, etiqueta, aba dobrável, zip lock ou sistema equivalente;• Material atóxico, resistente e compatível com o peso dos itens acondicionados;• Impressão personalizada com temática infantil/comemorativa, conforme layout aprovado pela contratante. <p>O kit deverá ser entregue completamente montado pelo fornecedor, contendo obrigatoriamente a quantidade especificada de cada item abaixo relacionado:</p> <ul style="list-style-type: none">• 01 (uma) unidade de pipoca doce crocante, 100% natural, sem corantes e sem aditivos artificiais, contendo como ingredientes apenas canjica de milho e açúcar, embalagem de 40 gramas;• 01 (uma) unidade de paçoquinha com 18 gramas, contendo apenas amendoim, açúcar e sal;• 02 (duas) unidades de pingo de leite com 10 gramas cada;• 8 (oito) unidades de bala mastigável sabor iogurte de morango;• 02 (duas) unidades de chocolate ao leite com recheio sabor morango, com aproximadamente 13 gramas cada;• 01 (uma) unidade de bala de goma de amido sortida, sabores laranja, abacaxi, limão, uva e morango em formato de tubo com aproximadamente 32 gramas;• 02 (duas) unidades de creme de avelã sabor napolitano, pote com aproximadamente 10 gramas cada;• 01 unidade de bombom recheado com creme de castanha de caju envolto por wafer crocante, coberto com chocolate ao leite, acondicionado individualmente em embalagem original do fabricante, com peso mínimo de 20 gramas;• 01 (uma) unidade de pirulito psicodélico médio sabor tutti-frutti, com diâmetro mínimo de 9 cm;• 01 (uma) unidade de pirulito mastigável sabor iogurte de morango.				
---	--	--	--	--



PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MEI/ME/EPP – ITENS 02 A 03

TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA EMPRESAS LOCAIS OU REGIONAIS

Item	Especificação dos Produtos	Quant.	Unidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
2	<p>KIT COMEMORATIVO EM ALUSÃO AO DIA DAS CRIANÇAS DESTINADO A ALUNOS COM DIABETES, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA PERSONALIZADA, RESISTENTE, ATÓXICA, ADEQUADA AO TRANSPORTE, ARMAZENAMENTO E MANUSEIO, COM TEMÁTICA COMEMORATIVA INFANTIL E IDENTIFICAÇÃO VISUAL DEFINIDA PELA CONTRATANTE.</p> <p>A embalagem deverá ser confeccionada em plástico polipropileno (PP) ou material equivalente, transparente, resistente e apropriado para acondicionamento de produtos alimentícios embalados, contendo impressão colorida em alta definição.</p> <p>Especificações mínimas da embalagem:</p> <ul style="list-style-type: none">• Dimensões aproximadas de 30 cm de largura x 30 cm de altura, admitindo-se variação de até ± 2 cm;• Espessura mínima de 0,08 mm (80 micras);• Alça vazada reforçada ou sistema equivalente;• Solda térmica reforçada nas laterais e fundo;• Fechamento superior através de lacre, adesivo, etiqueta, aba dobrável, zip lock ou sistema equivalente;• Material atóxico, resistente e compatível com o peso dos itens acondicionados;• Impressão personalizada com temática infantil/comemorativa, conforme layout aprovado pela contratante. <p>O kit deverá ser entregue completamente montado pelo fornecedor, contendo obrigatoriamente a quantidade especificada de cada item abaixo relacionado:</p> <ul style="list-style-type: none">• 01 (uma) unidade de pipoca crocante sem adição de açúcares, elaborada à base de milho, acondicionada em embalagem individual com aproximadamente 25 a 35 gramas;• 01 (uma) unidade de paçoca diet ou sem adição de açúcares, à base de amendoim, com aproximadamente 18 gramas;• 02 (duas) unidades de doce de leite diet ou produto similar sem adição de açúcares, embalados individualmente com peso entre 25 a 35g;• 08 (oito) unidades de bala mastigável sem adição	20	KIT	##,##	#.###,##

Autarquia Municipal de Educação

Avenida Jaboti, 195

Vila Martins, Apucarana - PR

(43) 3308-1699 | www.apucarana.pr.gov.br/ame



	<p>de açúcares, sabores variados;</p> <ul style="list-style-type: none">• 02 (duas) unidades de chocolate ao leite diet ou sem adição de açúcares, com aproximadamente 10 a 15 gramas cada;• 01 (uma) unidade de bala de goma sem adição de açúcares, sabores variados, peso entre 18 e 22 gramas;• 02 (duas) unidades de bombom diet ou sem adição de açúcares, recheado ou sabor chocolate, com peso entre 10 e 18 gramas;• 01 (uma) unidade de pirulito sem adição de açúcares, sabor artificial ou frutado, embalagem aproximada de 7 a 10 gramas;• 01 (uma) unidade de pirulito mastigável sem adição de açúcares, sabores variados. <p>Todos os produtos deverão possuir rotulagem nutricional em conformidade com a legislação vigente, contendo identificação clara da condição "SEM ADIÇÃO DE AÇÚCARES", "DIET" ou equivalente, sendo vedado o fornecimento de produtos com adição de sacarose em sua formulação.</p>				
3	<p>KIT COMEMORATIVO EM ALUSÃO AO DIA DAS CRIANÇAS DESTINADO A ALUNOS COM RESTRIÇÕES ALIMENTARES MÚLTIPLAS, INCLUINDO ALERGIA À PROTEÍNA DO LEITE DE VACA (APLV), INTOLERÂNCIA À LACTOSE, DOENÇA CELÍACA, ALERGIA AO OVO, CORANTES ARTIFICIAIS, CACAU, AMENDOIM, SOJA E AMÊNDOAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA PERSONALIZADA, RESISTENTE, ATÓXICA, ADEQUADA AO TRANSPORTE, ARMAZENAMENTO E MANUSEIO, COM TEMÁTICA COMEMORATIVA INFANTIL E IDENTIFICAÇÃO VISUAL DEFINIDA PELA CONTRATANTE.</p> <p>A embalagem deverá ser confeccionada em plástico polipropileno (PP) ou material equivalente, transparente, resistente e apropriado para acondicionamento de produtos alimentícios embalados, contendo impressão colorida em alta definição.</p> <p>Especificações mínimas da embalagem:</p> <ul style="list-style-type: none">• Dimensões aproximadas de 30 cm de largura x 30 cm de altura, admitindo-se variação de até ± 2 cm;• Espessura mínima de 0,08 mm (80 micras);• Alça vazada reforçada ou sistema equivalente;• Solda térmica reforçada nas laterais e fundo;• Fechamento superior através de lacre, adesivo, etiqueta, aba dobrável, zip lock ou sistema equivalente;	420	KIT	##,##	##.###,##



<ul style="list-style-type: none">• Material atóxico, resistente e compatível com o peso dos itens acondicionados;• Impressão personalizada com temática infantil/comemorativa, conforme layout aprovado pela contratante. <p>O kit deverá ser entregue completamente montado pelo fornecedor, contendo obrigatoriamente a quantidade especificada de cada item abaixo relacionado:</p> <ul style="list-style-type: none">• 01 (uma) unidade de pipoca natural ou levemente adocicada, elaborada à base de milho, acondicionada em embalagem individual com aproximadamente 30 a 40 gramas;• 01 (uma) unidade de snack de milho assado ou extrusado, livre dos alergênicos restritivos, embalagem individual contendo entre 20 e 40 gramas;• 01 (uma) unidade de biscoito de polvilho tradicional, sem glúten, sem leite, sem ovos, sem soja e sem corantes artificiais, embalagem individual contendo entre 20 e 40 gramas;• 01 (uma) unidade de barra de frutas composta exclusivamente por frutas ou frutas e coco, sem adição de corantes artificiais, contendo no mínimo 20 gramas;• 08 (oito) unidades de bala sabor frutas, isenta de leite e derivados, sem adição de corantes artificiais, acondicionada individualmente em embalagem original do fabricante, íntegra e própria para consumo, com peso mínimo de 5 gramas por unidade;• 02 (duas) unidades de doce tipo bananinha, elaborado à base de banana, apresentando textura macia, sabor e aroma característicos da fruta, acondicionado individualmente em embalagem original do fabricante, com peso mínimo de 20 gramas;• 02 (duas) unidades de doce de abóbora em formato de coração, elaborado a partir de abóbora e açúcar, com textura macia, acondicionado individualmente em embalagem apropriada para alimentos, com peso mínimo de 25 gramas;• 01 (uma) unidade de purê à base de fruta ou néctar sem os alergênicos descritos, em embalagem individual de aproximadamente de 90 a 100gramas;• 01 (uma) unidade de chips de banana, maçã ou fruta similar, acondicionados em embalagem individual, embalagem de 40 gramas.				
---	--	--	--	--



	<p>Todos os produtos deverão ser comprovadamente isentos de leite e derivados, lactose, glúten, ovo e derivados, soja e derivados, cacau, amendoim, amêndoas e demais castanhas, bem como corantes artificiais.</p> <p>Não serão aceitos produtos que contenham, em sua composição ou advertência de alergênicos, as expressões "CONTÉM" ou "PODE CONTER" relacionadas aos ingredientes restritivos descritos neste item.</p> <p>Os produtos deverão apresentar rotulagem completa, em conformidade com a legislação vigente, e ser entregues em embalagem íntegra, original do fabricante e com prazo de validade compatível com a data de distribuição aos alunos.</p> <p>A contratante poderá solicitar fichas técnicas, laudos, rótulos ou documentos complementares que comprovem o atendimento integral às restrições alimentares exigidas.</p>				
4	<p>KIT COMEMORATIVO EM ALUSÃO AO DIA DAS CRIANÇAS DESTINADO A ALUNOS COM FENILCETONÚRIA (PKU), ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PERSONALIZADA, RESISTENTE, ATÓXICA E ADEQUADA AO TRANSPORTE E MANUSEIO.</p> <p>A embalagem deverá ser confeccionada em plástico polipropileno (PP) ou material equivalente, transparente, resistente e apropriado para acondicionamento de produtos alimentícios embalados, contendo impressão colorida em alta definição.</p> <p>Especificações mínimas da embalagem:</p> <ul style="list-style-type: none">• Dimensões aproximadas de 30 cm de largura x 30 cm de altura, admitindo-se variação de até ± 2 cm;• Espessura mínima de 0,08 mm (80 micras);• Alça vazada reforçada ou sistema equivalente;• Solda térmica reforçada nas laterais e fundo;• Fechamento superior através de lacre, adesivo, etiqueta, aba dobrável, zip lock ou sistema equivalente;• Material atóxico, resistente e compatível com o peso dos itens acondicionados;• Impressão personalizada com temática infantil/comemorativa, conforme layout aprovado pela contratante. <p>O kit deverá ser entregue completamente montado pelo fornecedor, contendo produtos alimentícios com baixo teor de proteína e reduzido teor de fenilalanina, observando a prescrição nutricional individual do aluno, podendo conter:</p>	1	KIT	###,##	###,##



<ul style="list-style-type: none">• 01 (uma) unidade de pipoca doce sem adição de ingredientes proteicos, peso mínimo de 40 gramas;• 01 (uma) unidade de fruta desidratada em embalagem individual com peso mínimo de 40 gramas;• 08 (oito) unidades de bala sabor frutas, isenta de leite e derivados, sem adição de corantes artificiais, acondicionada individualmente em embalagem original do fabricante, íntegra e própria para consumo, com peso mínimo de 5 gramas por unidade;• 01 (uma) unidade de bala de goma de amido sortida, sabores laranja, abacaxi, limão, uva e morango em formato de tubo com aproximadamente 32 gramas; <p>• 01 (uma) unidade DE Mandioquinha Chips 45 g Vegano Sem Glúten;</p> <ul style="list-style-type: none">• 01 (uma) unidade de chips de frutas, podendo ser de frutas variadas ou apenas 1 tipo de fruta, embalagem entre 35 a 50 gramas;• 01 (uma) unidade de bebida à base de frutas, adequada à dieta do aluno;• 01 (uma) de embalagem com bombons pretos contendo em seus ingredientes: Chocolate branco (açúcar, manteiga de cacau, gordura vegetal, maltodextrina, polidestrose, emulsificante lecitina de girassol e aromatizante) e chocolate amargo (massa de cacau, açúcar cristal orgânico e manteiga de cacau). Produto isento de leite/lactose, glúten, ovos e castanhas/amendoim. Embalagem de 60 gramas; <ul style="list-style-type: none">• 01 (uma) unidade de moranguito contendo em sua formulação Ingredientes: Chocolate branco (açúcar, manteiga de cacau, gordura vegetal, maltodextrina, polidestrose, emulsificante lecitina de girassol e aromatizante), fondant (açúcar, água, xarope de glicose e corante INS 171), chocolate amargo (massa de cacau, açúcar cristal orgânico e manteiga de cacau), pó para preparo de milk-shake sabor morango (açúcar, amido de milho, vitaminas, espessantes INS 415 e 412, acidulante INS 330, estabilizante INS 466, aromatizante e corante vermelho 40) e gordura de coco. Peso de 20 gramas.					
---	--	--	--	--	--



	Todos os produtos deverão possuir baixo teor de proteína e ser compatíveis com a dieta de restrição de fenilalanina. A composição final do kit deverá ser previamente aprovada pela equipe técnica de nutrição da contratante, podendo sofrer adequações conforme a necessidade individual do aluno atendido.				
--	--	--	--	--	--

2.2 As especificações técnicas do objeto, as condições de entrega, recebimento e pagamento e as obrigações contratuais são as constantes no Anexo III do Edital - Termo de Referência, o qual é parte integrante deste Contrato independentemente de transcrição.

2.3 Nos termos do §2º do art. 122 da Lei 14.133/2021, é vedada a subcontratação, seja ela total ou parcial, bem como a terceirização do objeto.

Cláusula Terceira: Da contratação do menor aprendiz

3.1 A contratada deverá apresentar mensalmente ao fiscal do contrato relação nominal dos aprendizes contratados ou egressos para atendimento da Lei Municipal nº 58/2019;

3.1.1 Nos termos do art. 56, inciso I, do Decreto nº 9.579/18, ficam dispensadas da contratação de aprendizes as microempresas e as empresas de pequeno porte.

3.2 Havendo desligamento de algum aprendiz, a contratada deverá proceder sua comunicação ao fiscal do contrato em até 5 (cinco) dias;

3.2.1 Após o desligamento do aprendiz, a contratada deverá providenciar o preenchimento da vaga em aberto em até 30 (trinta) dias para fins de cumprimento da Lei Municipal nº 58/2019;

3.4 Na fiscalização da execução do contrato, a contratante poderá verificar a qualquer tempo e sem necessidade de aviso prévio o cumprimento da obrigação assumida pela contratada, tanto por tomada de contas documental quanto por diligência presencial, notificando por escrito a contratada em caso de constatação de alguma irregularidade para que a sane no prazo de 30 (trinta) dias;

3.4.1 Uma vez notificada, a contratada poderá apresentar sua justificativa por escrito para apreciação da administração pública contratante no prazo de 10 (dez) dias;

3.4.2 Apresentada a justificativa pela contratada, a administração pública contratante poderá considerar a irregularidade sanada ou persistente, hipótese em que deverá oficiar o Ministério Público do Trabalho para que tome ciência e adote as medidas que entender



cabíveis para o cumprimento das obrigações trabalhistas;

3.4.3 Sem prejuízo da informação dada ao Ministério Público do Trabalho, a administração pública contratante poderá aplicar multa administrativa à contratada infratora no valor mínimo de R\$ 1.000,00 (mil reais) e no valor máximo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por aprendiz não contratado ou mantido em condições irregulares, adequado conforme a gravidade da irregularidade constatada e eventual reincidência, que será revertida exclusivamente ao Fundo Municipal da Criança e do Adolescente;

3.5 A autoridade responsável pela abertura do processo licitatório, após a emissão de parecer jurídico emitido pela Procuradoria Jurídica do Município de Apucarana, deverá apreciar e julgar eventual alegação de impedimento legal para a contratação de aprendizes, que poderá ser oposta por qualquer interessado em participar da licitação no mesmo prazo de impugnação ao edital, PROCURADORIA JURÍDICA, Fone: (43) 3122-1882, devendo registrar a súmula dessa decisão no processo licitatório;

3.5.1 A decisão acima referida deverá observar a legislação federal aplicável à aprendizagem profissional e poderá se fundamentar na Instrução Normativa nº 146, de 25 de julho de 2018, expedida pelo Secretário de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho, sendo vedada a oposição à administração pública contratante de condições diversas estabelecidas por acordo individual ou negociação coletiva.

Cláusula Quarta: Do Regime e da Legislação Aplicável

4.1 A presente relação jurídica contratual é disciplinada, integralmente, pela Lei nº 14.133 de 01/04/2021, assim como no Decreto Municipal nº 936/2023, de 19/12/2023, os quais fundamentam o procedimento licitatório.

4.2 Os casos e situações omissos serão resolvidos de comum acordo, respeitado as disposições da legislação constante desta cláusula, regulados pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado, na forma preconizada pelo Art. 89 e Art. 90, da Lei 14.133/21.

4.3 O contratante providenciará a publicação deste contrato, por extrato no Diário Oficial do Município e, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

Cláusula Quinta: Do Valor Contratual e das Despesas

Autarquia Municipal de Educação
Avenida Jaboti, 195
Vila Martins, Apucarana - PR
(43) 3308-1699 | www.apucarana.pr.gov.br/ame



5.1 O valor total do contrato é de R\$ xxxxxxxx (xxxxxxxxxx).

5.1.1 O contratante se reserva o direito de, a seu critério, utilizar ou não a totalidade da verba prevista.

5.2 As despesas decorrentes da execução objeto deste contrato, serão contratados com recursos provenientes da rubrica orçamentária nº:

Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil - Creche – 2121			
Sub. Elemento – descrição		Vínculo	Referência
3339032990200000000	Gênero Alimentício de Distribuição Gratuito	001 - Recursos do Tesouro (Descentralizados)	815
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil – Pré-escola – 2122			
Sub. Elemento – descrição		Vínculo	Referência
3339032990200000000	Gênero Alimentício de Distribuição Gratuito	001 - Recursos do Tesouro (Descentralizados)	850
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental – 2123			
Sub. Elemento – descrição		Vínculo	Referência
3339032990200000000	Gênero Alimentício de Distribuição Gratuito	001 - Recursos do Tesouro (Descentralizados)	756

5.3 A contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante termo aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste contrato, conforme o Art. 125 da Lei 14.133/21. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos em lei, salvo, às supressões resultantes de acordo celebradas entre as partes.

Cláusula Sexta: Das condições de liquidação, o pagamento e dos pedidos de reequilíbrio

Da Liquidação

6.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos para fins de liquidação.

6.1.1 Para efeitos de liquidação caberá ao Fiscal Administrativo e ao Gestor do Contrato, mensalmente, solicitar das empresas:

- Certidão negativa de débitos de Tributos Federais e a Dívida Ativa União;
- Certidão negativa de débitos de Tributos Estaduais e Municipais;
- Certidão de regularidade do FGTS;
- Certidão negativa de débitos Trabalhistas;



Todos os contratos que tiverem a necessidade de relatórios, além dos citados, é obrigação da Contratante o arquivamento dos mesmos.

6.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.2.1 A nota fiscal deverá ser emitida de acordo com Decreto Municipal nº 608/2023, o qual está em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1.234 de 11 de Janeiro de 2012 e alterações posteriores;

6.2.2 A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal observando os percentuais estabelecidos no citado decreto;

6.2.3 Caso o fornecedor seja imune, isento e/ou possua dispensa através de amparo legal, o mesmo deverá indicar no campo observação da nota fiscal. Na ausência de informação, o Departamento de Contabilidade, juntamente com a Secretaria da Fazenda, procederá a retenção do imposto conforme as alíquotas contidas no Anexo I da citada Instrução Normativa.

6.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.4 O pagamento será precedido de consulta ao SICAF ou aos sistemas que geram as Certidões Negativas, para comprovação de cumprimento dos requisitos de habilitação.

6.5 Na hipótese de irregularidade na habilitação, a contratada deverá regularizar a sua situação no prazo de até 15 (quinze) dias, sob pena de aplicação das sanções contratuais e rescisão do contrato.



6.6 O pagamento efetuado pela Autarquia Municipal de Educação de Apucarana não isenta a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades.

6.7 É vedado à contratada transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

6.8 Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela Autarquia Municipal de Educação de Apucarana, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

Da forma de pagamento

6.9 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.10 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.11 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.12 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.13 Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito



existente na Autarquia Municipal de Educação de Apucarana em favor da contratada. Caso a mesma seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

6.14 O valor contratado poderá sofrer qualquer tipo de correção ou reajuste durante a vigência do presente termo.

6.15 O contratado, em função da dinâmica do mercado, poderá solicitar o equilíbrio econômico dos preços vigentes através de solicitação formal, desde que acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido. Até a decisão final da administração, a qual deverá ser prolatada em até 30 (trinta) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o recebido dos produtos solicitados pela administração ao contratado, deverá ocorrer normalmente, pelo preço registrado em vigor.

6.16 A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época.

Dos pedidos de reequilíbrio econômico financeiro:

6.17 Do Reajustamento de Preços: quando e se for o caso, será efetuado na periodicidade prevista em lei nacional, considerando-se a variação ocorrida desde a data do orçamento estimado, até a data do efetivo adimplemento da obrigação, calculada pelo índice definido no contrato.

6.17.1 A data do orçamento estimado a que se refere o item anterior é a data em que o orçamento ou a planilha orçamentária foi elaborada, independente da data da tabela referencial utilizada, se for o caso.

6.18 O edital ou o contrato de obras e serviços de engenharia e/ou arquitetura, de serviços continuados e não continuados sem mão de obra com dedicação exclusiva ou sem predominância de mão de obra, deverá indicar o critério de reajustamento de preços e a periodicidade, sob a forma de reajustamento em sentido estrito, com a adoção de índices específicos ou setoriais.

6.18.1 Na ausência dos índices específicos ou setoriais, previstos no artigo anterior, adotar-se-á o índice geral de preços mais vantajoso para a Administração, calculado por instituição oficial que retrate a variação do poder aquisitivo da moeda.

6.18.2 O índice a ser o utilizado no reajuste do contrato será o INPC, com data-base



vinculada à data do orçamento estimado.

Observação: Há a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

6.18.3 Quando, antes da data do reajustamento, já tiver ocorrido à revisão do contrato para a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada.

6.18.4 Se em consequência de culpa da contratada forem ultrapassados os prazos, o reajustamento só será aplicado com índice correspondente ao respectivo período de execução previsto no cronograma físico-financeiro, sem prejuízo das penalidades.

6.18.5 Se a contratada antecipar cronograma, o reajustamento somente será aplicado com índice correspondente ao período de execução efetiva, conforme planilha de medição.

6.18.6 O registro do reajustamento de preços deve ser formalizado por simples apostila.

6.18.7 Se, juntamente do reajustamento, houver a necessidade de prorrogação de prazo e/ou acréscimo e/ou supressão de valores, é possível formalizá-lo no mesmo termo aditivo.

6.18.8 A contratada ao assinar aditivo ao contrato mantendo as demais cláusulas em vigor, sem ressalva em relação ao reajustamento de preços, importará renúncia quanto às parcelas reajustáveis anteriores ao aditivo.

6.19 Repactuação: é uma forma de manutenção do equilíbrio econômico financeiro do contrato que deve ser utilizada para serviços continuados com dedicação exclusiva da mão de obra, ou com predominância de mão de obra, por meio da análise da variação dos custos contratuais, devendo estar prevista no instrumento convocatório com data vinculada à apresentação das propostas, para os custos decorrentes do mercado, e com data vinculada ao acordo ou à convenção coletiva ao qual o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra.

6.19.1 Será admitida a repactuação dos preços dos serviços de engenharia e/ou arquitetura continuados contratados com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano.

Observação: Para que haja a repactuação dos preços é necessária a demonstração analítica da variação dos componentes dos custos.



6.19.2 O intervalo mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir da data do orçamento a que a proposta se referir, isto é, da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, para os custos decorrentes de mão de obra, e da data limite para a apresentação da proposta em relação aos demais insumos com custos decorrentes do mercado.

Observação: Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação com data base de acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das categorias envolvidas na contratação.

6.19.3 As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que fundamenta a repactuação.

6.20 Revisão: fato extraordinário, imprevisível ou previsível, mas de consequências incalculáveis, previsto no Artigo 127 da Lei Federal 14.133/2021 e no Artigo 272 do Decreto Municipal 936/2023;

6.20.1 Quando verificado pela empresa vencedora que os valores para fornecimento dos produtos não condizerem com a realidade dos preços praticados pelo mercado, a mesma poderá solicitar o restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, por meio de documentos que comprovem os prejuízos, como por exemplo, notas fiscais de compra atualizadas, que deverão ser protocolados em dias úteis, das 08:00 hs às 18:00 hs, no edifício da Prefeitura, Centro Cívico José de Oliveira Rosa, nº 25, setor de protocolo, ou por meio do endereço eletrônico: licitacao.ame@apucarana.pr.gov.br.

6.20.2 Para que o processo seja deferido, as empresas habilitadas e classificadas na sessão do pregão eletrônico serão convocadas para apresentarem os valores para os itens que serão reequilibrados. Desta forma se houverem valores inferiores ao solicitado pela empresa vencedora, serão realizadas negociações conforme orientações da Procuradoria Jurídica.

Cláusula Sétima: Das Condições de Execução e Prazo de Vigência



7.1 Os produtos deverão ser entregues em **até 07 (sete) dias corridos**, contados do recebimento da nota de empenho, encaminhada através de correio eletrônico ao endereço indicado pelo licitante vencedor.

7.1.1 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

7.1.2 As embalagens deverão conter os dados de identificação, procedência, marca do produto, data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto e número do lote.

7.1.3 Para cada solicitação, os produtos entregues deverão corresponder na integralidade ao mesmo lote de fabricação e com mesmo período de validade.

7.1.4 Os quantitativos serão solicitados por parte da Autarquia Municipal de Educação, com previsão de uma entrega ao longo do período de vigência da Ata ou Contrato, não sendo contabilizadas aquelas decorrentes de devolução do produto.

7.2 Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, pela fiscalização técnica, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste termo de referência e na proposta.

7.2.1 Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no termo de referência e na proposta, devendo ser substituídos no **prazo de 05 (cinco) dias corridos**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.2.2 Os produtos serão recebidos definitivamente no **prazo de 05 (cinco) dias corridos**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.2.2.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.2.2.2 O recebimento provisório ou definitivo dos produtos não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

Garantia, manutenção e assistência técnica

7.3 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor). Alguns produtos têm tempo de garantia mínima previsto



na especificação.

7.4 A vigência contratual **será de 90 (noventa) dias**, a partir da data de assinatura da mesma.

Cláusula Oitava: Das Responsabilidades

Obrigações da Contratada

- 8.1** Abster-se de subcontratar o objeto da presente licitação;
- 8.2** Cadastrar-se e manter-se em situação regular junto ao SICAF ou possuir todas as condições de habilitações durante toda a vigência do Contrato;
- 8.3** Designar, formalmente, um representante, no ato da assinatura do Contrato, com poderes para operacionalizar a avença, assumindo o gerenciamento de todas as atividades inerentes ao seu fiel cumprimento;
- 8.4** Acatar as recomendações da fiscalização do **CONTRATANTE**, facilitando a ampla ação desta, com pronto atendimento aos pedidos de esclarecimento porventura solicitado;
- 8.5** Comunicar, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução do objeto e prestar os esclarecimentos necessários;
- 8.6** Assegurar à Autarquia Municipal de Educação, durante o período de vigência contratual, o repasse de todos os preços e vantagens ofertadas no mercado, sempre que esses forem mais vantajosos do que o registrado;
- 8.7** Manter durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Da contratante

- 8.8** Receber o objeto e conferir as especificações técnicas com as constantes neste termo de referência, no instrumento convocatório e na proposta da contratada, recusando-o na hipótese de desconformidade com as características pretendidas;
- 8.9** Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada, relacionados com o objeto pactuado;
- 8.10** Comunicar, por escrito, à contratada quaisquer irregularidades verificadas no objeto fornecido;
- 8.11** Comunicar, por escrito, à contratada o não recebimento do objeto, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas neste termo de referência, no instrumento convocatório ou na proposta apresentada;



8.12 Proporcionar as condições para que a contratada possa cumprir as obrigações pactuadas.

Sanções

8.15 Em caso de erro ou mora na entrega do material ou execução do serviço, garantida a prévia defesa, ficará a Contratada sujeita às sanções previstas no Decreto Municipal nº 936/2023, Lei 14.133/2021 e demais legislação pertinente, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar.

Cláusula Nona: Modelo de Gestão do Contrato e Vigência

9.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, sendo que cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2 A fiscalização contratual seguirá o contido no Decreto Municipal nº 936/2023.

9.3 São indicados para fiscalização:

Gestor: Servidora **Ana Paula do Carmo Donato**, Diretora Presidente, portadora do CPF nº ***.724.809-**.

Fiscal Administrativo: Servidora **Stephanie Karoline Maia Buzato**, Diretora Operacional, portador do CPF nº ***.800.799-**.

Fiscal Técnico: Servidora **Adilene Nogueira Ferreira Ananias**, Diretora de Ensino, portadora do CPF nº ***.654.959-*.

9.4 O prazo de vigência do contrato será de 90 (noventa) dias contado da data de assinatura e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme o Art. 84 da Lei Federal 14.133/2021.

Cláusula Décima: Das Penalidades

10. De acordo com o art. 289 do Decreto Municipal 936/2023, os contratados que descumprirem total ou parcialmente as normas administrativas ficarão sujeitos às penalidades descritas no Artigo 156º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, quais sejam:

I - advertência;

II - multa;



III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.1 Na aplicação das penalidades devem ser consideradas as circunstâncias previstas no §1º do artigo 156, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, assim como no §2º do Art. 289 do Decreto Municipal 936/2023.

Cláusula Décima Primeira: Cláusulas Gerais

11.1 Os contratados devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação e de execução do objeto contratual.

11.2 Para os propósitos da cláusula anterior, definem-se as seguintes práticas:

- a) “Prática corrupta”:** Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução da ata/contrato;
- b) “Prática fraudulenta”:** A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução da ata/contrato;
- c) “Prática colusivas”:** Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- d) “Prática coercitiva”:** Causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da ata/contrato;
- e) “Prática obstrutiva”:** Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista na cláusula do **Contrato**, atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito da Prefeitura do Município de Apucarana.

Cláusula Décima Segunda: Do Foro

12.1 As partes elegem o Foro da Comarca de Apucarana para dirimir toda e qualquer questão pertinente ao presente negócio, renunciando a quaisquer outros por mais privilegiados que



sejam.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o contrato em 04 (quatro) vias de igual teor, para um só efeito, sem rasuras ou emendas, o qual depois de lido e achado conforme, perante duas testemunhas, a todo o ato presentes, vai pelas partes assinado, as quais se obrigam a cumpri-lo.

Município de Apucarana, xx de xxxxxxxxxxxx de xxxxx.

Autarquia Municipal de Educação

Ana Paula do Carmo Donato

Fiscal Técnico do Contrato

Adilene Nogueira Ferreira Ananias

Fiscal administrativo do Contrato

Stephanie Karoline Maia Buzato



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Aquisição de kits de doces para serem entregues a todos os alunos da rede municipal de ensino em comemoração ao dia das crianças, de acordo com especificações, termos da tabela abaixo e demais condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

PARTICIPAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA – ITEM 01					
Item	Especificação dos Produtos	Quant.	Unidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	<p>Kit comemorativo em alusão ao Dia das Crianças, acondicionado em embalagem plástica personalizada, resistente, atóxica, adequada ao transporte, armazenamento e manuseio, com temática comemorativa infantil e identificação visual definida pela contratante.</p> <p>A embalagem confeccionada em plástico polipropileno (PP) ou material equivalente, transparente, resistente e apropriado para acondicionamento de produtos alimentícios embalados, contendo impressão colorida em alta definição.</p> <p>Especificações mínimas da embalagem:</p> <ul style="list-style-type: none">• Dimensões aproximadas de 30 cm de largura x 30 cm de altura, admitindo-se variação de até ± 2 cm;• Espessura mínima de 0,08 mm (80 micras);• Alça vazada reforçada ou sistema equivalente;• Solda térmica reforçada nas laterais e fundo;• Fechamento superior através de lacre, adesivo, etiqueta, aba dobrável, zip lock ou sistema equivalente;• Material atóxico, resistente e compatível com o peso dos itens acondicionados;• Impressão personalizada com temática infantil/comemorativa, conforme layout aprovado pela contratante. <p>O kit deverá ser entregue completamente montado pelo fornecedor, contendo obrigatoriamente a quantidade especificada de cada item abaixo relacionado:</p>	12.030	KIT	17,45	209.923,50



	<ul style="list-style-type: none">•01 (uma) unidade de pipoca doce crocante, 100% natural, sem corantes e sem aditivos artificiais, contendo como ingredientes apenas canjica de milho e açúcar, embalagem de 40 gramas;•01 (uma) unidade de paçoquinha com 18 gramas, contendo apenas amendoim, açúcar e sal;•02 (duas) unidades de pingo de leite com 10 gramas cada;•8 (oito) unidades de bala mastigável sabor iogurte de morango;•02 (duas) unidades de chocolate ao leite com recheio sabor morango, com aproximadamente 13 gramas cada;•01 (uma) unidade de bala de goma de amido sortida, sabores laranja, abacaxi, limão, uva e morango em formato de tubo com aproximadamente 32 gramas;•02 (duas) unidades de creme de avelã sabor napolitano, pote com aproximadamente 10 gramas cada;•01 unidade de bombom recheado com creme de castanha de caju envolto por wafer crocante, coberto com chocolate ao leite, acondicionado individualmente em embalagem original do fabricante, com peso mínimo de 20 gramas;•01 (uma) unidade de pirulito psicodélico médio sabor tutti-frutti, com diâmetro mínimo de 9 cm;•01 (uma) unidade de pirulito mastigável sabor iogurte de morango.				
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MEI/ME/EPP – ITENS 02 A 04 *TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA EMPRESAS LOCAIS OU REGIONAIS*					
Item	Especificação dos Produtos	Quant.	Unidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
2	KIT COMEMORATIVO EM ALUSÃO AO DIA DAS CRIANÇAS DESTINADO A ALUNOS COM DIABETES , ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA PERSONALIZADA, RESISTENTE, ATÓXICA, ADEQUADA AO TRANSPORTE, ARMAZENAMENTO E MANUSEIO, COM TEMÁTICA COMEMORATIVA INFANTIL E IDENTIFICAÇÃO VISUAL DEFINIDA PELA CONTRATANTE. A embalagem deverá ser confeccionada em plástico polipropileno (PP) ou material equivalente, transparente, resistente e apropriado para acondicionamento de produtos alimentícios embalados, contendo impressão colorida em alta definição.	20	KIT	72,49	1.449,80



<p>Especificações mínimas da embalagem:</p> <ul style="list-style-type: none">• Dimensões aproximadas de 30 cm de largura x 30 cm de altura, admitindo-se variação de até ± 2 cm;• Espessura mínima de 0,08 mm (80 micras);• Alça vazada reforçada ou sistema equivalente;• Solda térmica reforçada nas laterais e fundo;• Fechamento superior através de lacre, adesivo, etiqueta, aba dobrável, zip lock ou sistema equivalente;• Material atóxico, resistente e compatível com o peso dos itens acondicionados;• Impressão personalizada com temática infantil/comemorativa, conforme layout aprovado pela contratante. <p>O kit deverá ser entregue completamente montado pelo fornecedor, contendo obrigatoriamente a quantidade especificada de cada item abaixo relacionado:</p> <ul style="list-style-type: none">• 01 (uma) unidade de pipoca crocante sem adição de açúcares, elaborada à base de milho, acondicionada em embalagem individual com aproximadamente 25 a 35 gramas;• 01 (uma) unidade de paçoca diet ou sem adição de açúcares, à base de amendoim, com aproximadamente 18 gramas;• 02 (duas) unidades de doce de leite diet ou produto similar sem adição de açúcares, embalados individualmente com peso entre 25 a 35g;• 08 (oito) unidades de bala mastigável sem adição de açúcares, sabores variados;• 02 (duas) unidades de chocolate ao leite diet ou sem adição de açúcares, com aproximadamente 10 a 15 gramas cada;• 01 (uma) unidade de bala de goma sem adição de açúcares, sabores variados, peso entre 18 e 22 gramas;• 02 (duas) unidades de bombom diet ou sem adição de açúcares, recheado ou sabor chocolate, com peso entre 10 e 18 gramas;• 01 (uma) unidade de pirulito sem adição de açúcares, sabor artificial ou frutado, embalagem aproximada de 7 a 10 gramas;• 01 (uma) unidade de pirulito mastigável sem adição de açúcares, sabores variados. <p>Todos os produtos deverão possuir rotulagem nutricional em conformidade com a legislação vigente, contendo identificação clara da condição "SEM ADIÇÃO DE AÇÚCARES", "DIET" ou</p>				
--	--	--	--	--



	equivalente, sendo vedado o fornecimento de produtos com adição de sacarose em sua formulação.				
3	<p>KIT COMEMORATIVO EM ALUSÃO AO DIA DAS CRIANÇAS DESTINADO A ALUNOS COM RESTRIÇÕES ALIMENTARES MÚLTIPLAS, INCLUINDO ALERGIA À PROTEÍNA DO LEITE DE VACA (APLV), INTOLERÂNCIA À LACTOSE, DOENÇA CELÍACA, ALERGIA AO OVO, CORANTES ARTIFICIAIS, CACAU, AMENDOIM, SOJA E AMÊNDOAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA PERSONALIZADA, RESISTENTE, ATÓXICA, ADEQUADA AO TRANSPORTE, ARMAZENAMENTO E MANUSEIO, COM TEMÁTICA COMEMORATIVA INFANTIL E IDENTIFICAÇÃO VISUAL DEFINIDA PELA CONTRATANTE.</p> <p>A embalagem deverá ser confeccionada em plástico polipropileno (PP) ou material equivalente, transparente, resistente e apropriado para acondicionamento de produtos alimentícios embalados, contendo impressão colorida em alta definição.</p> <p>Especificações mínimas da embalagem:</p> <ul style="list-style-type: none">• Dimensões aproximadas de 30 cm de largura x 30 cm de altura, admitindo-se variação de até ± 2 cm;• Espessura mínima de 0,08 mm (80 micras);• Alça vazada reforçada ou sistema equivalente;• Solda térmica reforçada nas laterais e fundo;• Fechamento superior através de lacre, adesivo, etiqueta, aba dobrável, zip lock ou sistema equivalente;• Material atóxico, resistente e compatível com o peso dos itens acondicionados;• Impressão personalizada com temática infantil/comemorativa, conforme layout aprovado pela contratante. <p>O kit deverá ser entregue completamente montado pelo fornecedor, contendo obrigatoriamente a quantidade especificada de cada item abaixo relacionado:</p> <ul style="list-style-type: none">• 01 (uma) unidade de pipoca natural ou levemente adocicada, elaborada à base de milho, acondicionada em embalagem individual com aproximadamente 30 a 40 gramas;• 01 (uma) unidade de snack de milho assado ou extrusado, livre dos alergênicos restritivos, embalagem individual contendo entre 20 e 40 gramas;• 01 (uma) unidade de biscoito de polvilho	420	KIT	64,89	27.253,80



<p>tradicional, sem glúten, sem leite, sem ovos, sem soja e sem corantes artificiais, embalagem individual contendo entre 20 e 40 gramas;</p> <ul style="list-style-type: none">• 01 (uma) unidade de barra de frutas composta exclusivamente por frutas ou frutas e coco, sem adição de corantes artificiais, contendo no mínimo 20 gramas;• 08 (oito) unidades de bala sabor frutas, isenta de leite e derivados, sem adição de corantes artificiais, acondicionada individualmente em embalagem original do fabricante, íntegra e própria para consumo, com peso mínimo de 5 gramas por unidade;• 02 (duas) unidades de doce tipo bananinha, elaborado à base de banana, apresentando textura macia, sabor e aroma característicos da fruta, acondicionado individualmente em embalagem original do fabricante, com peso mínimo de 20 gramas;• 02 (duas) unidades de doce de abóbora em formato de coração, elaborado a partir de abóbora e açúcar, com textura macia, acondicionado individualmente em embalagem apropriada para alimentos, com peso mínimo de 25 gramas;• 01 (uma) unidade de purê à base de fruta ou néctar sem os alergênicos descritos, em embalagem individual de aproximadamente de 90 a 100 gramas;• 01 (uma) unidade de chips de banana, maçã ou fruta similar, acondicionados em embalagem individual, embalagem de 40 gramas. <p>Todos os produtos deverão ser comprovadamente isentos de leite e derivados, lactose, glúten, ovo e derivados, soja e derivados, cacau, amendoim, amêndoas e demais castanhas, bem como corantes artificiais.</p> <p>Não serão aceitos produtos que contenham, em sua composição ou advertência de alergênicos, as expressões "CONTÉM" ou "PODE CONTER" relacionadas aos ingredientes restritivos descritos neste item.</p> <p>Os produtos deverão apresentar rotulagem completa, em conformidade com a legislação vigente, e ser entregues em embalagem íntegra, original do fabricante e com prazo de validade compatível com a data de distribuição aos alunos.</p> <p>A contratante poderá solicitar fichas técnicas, laudos, rótulos ou documentos complementares que comprovem o atendimento integral às restrições alimentares exigidas.</p>				
--	--	--	--	--



4	<p>KIT COMEMORATIVO EM ALUSÃO AO DIA DAS CRIANÇAS DESTINADO A ALUNOS COM FENILCETONÚRIA (PKU), ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PERSONALIZADA, RESISTENTE, ATÓXICA E ADEQUADA AO TRANSPORTE E MANUSEIO.</p> <p>A embalagem deverá ser confeccionada em plástico polipropileno (PP) ou material equivalente, transparente, resistente e apropriado para acondicionamento de produtos alimentícios embalados, contendo impressão colorida em alta definição.</p> <p>Especificações mínimas da embalagem:</p> <ul style="list-style-type: none">• Dimensões aproximadas de 30 cm de largura x 30 cm de altura, admitindo-se variação de até ± 2 cm;• Espessura mínima de 0,08 mm (80 micras);• Alça vazada reforçada ou sistema equivalente;• Solda térmica reforçada nas laterais e fundo;• Fechamento superior através de lacre, adesivo, etiqueta, aba dobrável, zip lock ou sistema equivalente;• Material atóxico, resistente e compatível com o peso dos itens acondicionados;• Impressão personalizada com temática infantil/comemorativa, conforme layout aprovado pela contratante. <p>O kit deverá ser entregue completamente montado pelo fornecedor, contendo produtos alimentícios com baixo teor de proteína e reduzido teor de fenilalanina, observando a prescrição nutricional individual do aluno, podendo conter:</p> <ul style="list-style-type: none">• 01 (uma) unidade de pipoca doce sem adição de ingredientes proteicos, peso mínimo de 40 gramas;• 01 (uma) unidade de fruta desidratada em embalagem individual com peso mínimo de 40 gramas;• 08 (oito) unidades de bala sabor frutas, isenta de leite e derivados, sem adição de corantes artificiais, acondicionada individualmente em embalagem original do fabricante, íntegra e própria para consumo, com peso mínimo de 5 gramas por unidade;• 01 (uma) unidade de bala de goma de amido sortida, sabores laranja, abacaxi, limão, uva e morango em formato de tubo com aproximadamente 32 gramas;• 01 (uma) unidade DE Mandioquinha Chips 45 g Vegano Sem Glúten;• 01 (uma) unidade de chips de frutas, podendo ser de frutas variadas ou apenas 1 tipo de fruta,	1	KIT	105,49	105,49
---	---	---	-----	--------	--------



<p>embalagem entre 35 a 50 gramas;</p> <ul style="list-style-type: none">• 01 (uma) unidade de bebida à base de frutas, adequada à dieta do aluno;• 01 (uma) de embalagem com bombons pretos contendo em seus ingredientes: Chocolate branco (açúcar, manteiga de cacau, gordura vegetal, maltodextrina, polidestrose, emulsificante lecitina de girassol e aromatizante) e chocolate amargo (massa de cacau, açúcar cristal orgânico e manteiga de cacau). Produto isento de leite/lactose, glúten, ovos e castanhas/amendoim. Embalagem de 60 gramas;• 01 (uma) unidade de moranguito contendo em sua formulação Ingredientes: Chocolate branco (açúcar, manteiga de cacau, gordura vegetal, maltodextrina, polidestrose, emulsificante lecitina de girassol e aromatizante), fondant (açúcar, água, xarope de glicose e corante INS 171), chocolate amargo (massa de cacau, açúcar cristal orgânico e manteiga de cacau), pó para preparo de milk-shake sabor morango (açúcar, amido de milho, vitaminas, espessantes INS 415 e 412, acidulante INS 330, estabilizante INS 466, aromatizante e corante vermelho 40) e gordura de coco. Peso de 20 gramas. <p>Todos os produtos deverão possuir baixo teor de proteína e ser compatíveis com a dieta de restrição de fenilalanina.</p> <p>A composição final do kit deverá ser previamente aprovada pela equipe técnica de nutrição da contratante, podendo sofrer adequações conforme a necessidade individual do aluno atendido.</p>				
---	--	--	--	--

1.2 O valor unitário de cada kit é composto pelo valor dos doces que compõe o referido kit e os custos de embalagem, montagem e entrega, conforme detalhamento dos itens no Mapa de Apuração de Preços.

1.3 Os produtos dentro dos kits deverão ser entregues em embalagens individuais, seguras e apropriadas ao consumo infantil, respeitando as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

1.4 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, em atendimento ao contido no Art. 20 da Lei nº 14.133/21 e Art. 46 do Decreto Municipal nº 936/2023.

1.5 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.



1.6 O objeto desta contratação será parcelado em itens, facultando-se ao licitante a participação em quantos forem do seu interesse.

1.7 O prazo de vigência do contrato será de 90 (noventa) dias contado da data de assinatura e poderá ser prorrogado, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme o Art. 84 da Lei Federal 14.133/2021.

1.8 Nos termos do §2º do art. 122 da Lei 14.133/2021, é vedada a subcontratação, seja ela total ou parcial, bem como a terceirização do objeto.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A presente contratação tem por objetivo permitir a compra de kits de doces em comemoração ao dia das crianças para atender às necessidades das escolas, CMEI's e Autarquia Municipal de Educação, a fim de celebrar a infância, etapa marcante do desenvolvimento, em que se vivem as primeiras experiências sociais fora do núcleo familiar, convivendo com os semelhantes e adultos no ambiente escolar buscando transmitir às crianças um momento de confraternização, satisfação e a perseverança.

2.2 Para além, a entrega dos doces visa também fortalecer o vínculo afetivo entre a escola e os estudantes, bem como entre a instituição educacional e as famílias, por meio de ações comemorativas que valorizem a presença da criança no ambiente escolar.

2.3 A estimativa da quantidade de itens para aquisição foi elaborada baseada no número de alunos matriculados e também se levando em consideração os alunos com patologias relacionadas à alimentação e nutrição, sendo que foram consideradas todas as restrições alimentares.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1 Respeitar as Normas Brasileiras da ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.



4.2 A empresa contratada deverá adotar as práticas de sustentabilidade ambiental no fornecimento dos produtos, conforme previsto no artigo 3º da Lei nº 14.133/2021.

4.3 As proponentes deverão observar e cumprir a legislação ambiental pertinente ao objeto da licitação, tanto no processo de extração das matérias-primas utilizadas, como na fabricação, utilização, transporte e descarte dos produtos e matérias-primas.

4.4 Conforme orientação do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (4ª edição/CGU), recomenda-se que os fornecedores deem preferência por embalagens recicláveis ou biodegradáveis, rótulos ambientalmente adequados, além do comprometimento com boas práticas de produção.

Indicação de marcas ou modelos

4.5 Na presente contratação não será vedada nenhuma marca, desde que o produto atenda todas as especificações contidas na descrição do objeto.

Garantia da contratação

4.6 Não haverá exigência de garantia de execução contratual.

Da exigência de amostra

4.7 Haverá necessidade de apresentação de amostra física.

4.8 Os licitantes vencedores terão o prazo de 03 (três) dias úteis, após a fase de lances, para apresentação das AMOSTRAS com suas respectivas FICHAS TÉCNICAS, que deverão ser encaminhadas a este departamento de licitação, na Prefeitura Municipal de Apucarana, Centro Cívico José de Oliveira Rosa, nº 25, 2º andar, setor de compras e licitações AME, conforme os seguintes critérios:

4.9 A remessa e a retirada da amostra apresentada ficará a cargo da licitante, não cabendo qualquer ônus a esta seção.

4.10 A amostra deverá estar devidamente identificada com a razão social da licitante, número do pregão, do item e lote a que se refere, e dispor, ainda, de informações quanto as suas características, tais como data de fabricação, prazo de validade, marca e outros.

4.11 As amostras poderão ser abertas, manuseadas e submetidas aos testes necessários.

4.12 Será desclassificada a amostra que:

4.12.1 Apresentar divergência com relação às especificações do termo de referência deste processo e condições definidas no ato convocatório, observando-se os critérios de avaliação da comissão.



4.12.2 For de qualidade inferior em relação às especificações constantes da proposta.

4.12.3 Apresentar divergência com relação às exigências técnicas constante no termo de referência, qual seja, observado:

Para os itens de Gêneros alimentícios não perecíveis:

a) Os Gêneros Alimentícios não perecíveis devem apresentar uma composição química consistente e equilibrada, sem a presença de substâncias nocivas.

b) Deve ser livre de contaminação microbiológica, química e física. Isso inclui a inexistência de bactérias, vírus, parasitas, pesticidas, metais pesados e outros poluentes.

c) Os Gêneros Alimentícios não perecíveis devem possuir embalagem própria, sem sujidades ou perfurações.

d) Informações detalhadas sobre a origem, composição e data de validade dos Gêneros Alimentícios não perecíveis devem constar na embalagem, permitindo que a Administração Pública faça averiguações quando necessário.

Caracterização dos Itens:

I. Produtos industrializados:

II. Composição Nutricional:

- Identificar o valor nutricional por porção;
- Identificar o percentual mínimo do nutriente do produto;
- Destacar restrição ou isento de um ou mais nutrientes ou ingredientes na composição;
- Indicar nutriente da composição, em caso de fortificação;
- Destacar restrição ou isenção de aditivos alimentícios previsto em legislação vigente;

Embalagem

- Tipo de embalagem;
- Data de fabricação, validade e lote;
- Registro do órgão de inspeção sanitária;
- Condições de integridade da embalagem;
- Informar unidade de medida (grama, quilo, litros, etc.);
- Indicar gramatura/volume existente no mercado ou aquela necessária ao pleno funcionamento do serviço;



- Indicar permeabilidade da embalagem;
- Indicar a necessidade de dupla embalagem se for o caso;
- Indicar o tipo de vedação da embalagem, quando for o caso.

4.13 Em suma, a avaliação deverá observar rigorosamente as especificações constantes no Termo de Referência, verificando se os produtos apresentados atendem às exigências de qualidade, apresentação, composição e acondicionamento, assegurando que os kits entregues aos alunos estejam em conformidade com o objeto licitado.

Checklist para Avaliação das Amostras:

Item de Avaliação	Atende	Não Atende	Observações
Os produtos apresentados correspondem às marcas e especificações exigidas no Termo de Referência.			
As quantidades de cada item do kit estão de acordo com o Termo de Referência.			
Os produtos apresentam aspecto visual adequado, íntegro e sem avarias.			
As embalagens individuais encontram-se íntegras, lacradas e sem sinais de violação.			
As embalagens apresentam identificação do fabricante, lote, data de fabricação e prazo de validade, quando aplicável.			
O prazo de validade atende às exigências previstas no edital/Termo de Referência.			
A embalagem externa (kit) apresenta boa qualidade, resistência e acondicionamento adequado para transporte e distribuição.			
A apresentação geral do kit é satisfatória, permitindo sua distribuição sem riscos de danos aos produtos.			
Os produtos apresentam características compatíveis com alimentos próprios para consumo, sem alterações aparentes de cor, odor ou aspecto.			
A amostra atende integralmente às especificações técnicas do edital e do Termo de Referência.			
Parecer da Comissão			
() Aprovada			
() Reprovada			
Justificativa:			



Obrigações da Contratada

- 4.14** Abster-se de subcontratar o objeto da presente licitação;
- 4.15** Cadastrar-se e manter-se em situação regular junto ao SICAF ou possuir todas as condições de habilitações durante toda a vigência da ata;
- 4.16** Designar, formalmente, um representante, no ato da assinatura do contrato, com poderes para operacionalizar a avença, assumindo o gerenciamento de todas as atividades inerentes ao seu fiel cumprimento;
- 4.17** Acatar as recomendações da fiscalização do **CONTRATANTE**, facilitando a ampla ação desta, com pronto atendimento aos pedidos de esclarecimento porventura solicitado;
- 4.18** Comunicar, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução do objeto e prestar os esclarecimentos necessários;
- 4.19** Assegurar à Autarquia Municipal de Educação, durante o período de vigência da ata, o repasse de todos os preços e vantagens ofertadas no mercado, sempre que esses forem mais vantajosos do que o registrado;
- 4.20** Manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Da contratante

- 4.21** Receber o objeto e conferir as especificações técnicas com as constantes neste termo de referência, no instrumento convocatório e na proposta da contratada, recusando-o na hipótese de desconformidade com as características pretendidas;
- 4.22** Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada, relacionados com o objeto pactuado;
- 4.23** Comunicar, por escrito, à contratada quaisquer irregularidades verificadas no objeto fornecido;
- 4.24** Comunicar, por escrito, à contratada o não recebimento do objeto, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas neste termo de referência, no instrumento convocatório ou na proposta apresentada;
- 4.25** Proporcionar as condições para que a contratada possa cumprir as obrigações pactuadas.

Sanções

- 4.26** Serão utilizadas as sanções previstas no Decreto Municipal nº 936/2023.



5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condição e local de entrega

5.1 Os produtos deverão ser entregues em até 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho, encaminhada através de e-mail ao endereço indicado pelo licitante vencedor.

5.1.1 Todos os itens deverão ser entregues diretamente nas unidades escolares, conforme orientação da Autarquia Municipal de Educação, nos endereços do Apêndice II, de segunda a sexta-feira, sendo nas Escolas no período das 07h00min às 16h00min e nos CMEI's no período das 07h00min às 17h30min.

5.1.1.1 De acordo com as determinações da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e dos demais órgãos de fiscalização sanitária competentes, os itens obrigados deverão ser transportados por veículos refrigerados.

5.2 Caso não seja possível à entrega na data assinalada, à empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3 As embalagens deverão conter os dados de identificação, procedência, marca do produto, data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto e número do lote.

5.4 Para cada solicitação, os produtos entregues deverão corresponder na integralidade ao mesmo lote de fabricação e com mesmo período de validade.

5.5 Os quantitativos serão solicitados por parte da Autarquia Municipal de Educação, com previsão de uma entrega ao longo do período de vigência da Ata ou Contrato, não sendo contabilizadas aquelas decorrentes de devolução do produto.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.6 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor). Alguns produtos têm tempo de garantia mínima previsto na especificação.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO



6.1 O contrato deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, sendo que cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 A fiscalização contratual seguirá o contido no Decreto Municipal nº 936/2023.

6.3 São indicados para fiscalização:

Gestor: Servidora Ana Paula do Carmo Donato, Diretora Presidente, portadora do CPF nº ***.724.809-**.

Fiscal Administrativo: Servidora Stephanie Karoline Maia Buzato, Diretora do Setor Operacional, portadora do CPF nº ***.800.799-**.

Fiscal Técnico: Servidora Adilene Nogueira Ferreira Ananias, Diretora de Ensino, portadora do CPF nº ***.654.959-**.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do objeto

7.1 Os itens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2 Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.4 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação



7.5 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos para fins de liquidação.

7.6 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.6.1 A nota fiscal deverá ser emitida de acordo com Decreto Municipal nº 608/2023, o qual está em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1.234 de 11 de Janeiro de 2012 e alterações posteriores;

7.6.2 A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal observando os percentuais estabelecidos no citado decreto;

7.6.3 Caso o fornecedor seja imune, isento e/ou possua dispensa através de amparo legal, o mesmo deverá indicar no campo observação da nota fiscal. Na ausência de informação, o Departamento de Contabilidade, juntamente com a Secretaria da Fazenda, procederá à retenção do imposto conforme as alíquotas contidas no Anexo I da citada Instrução Normativa.

7.7 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.8 O pagamento será precedido de consulta aos sistemas que geram as Certidões Negativas, para comprovação de cumprimento dos requisitos de habilitação.

7.9 Na hipótese de irregularidade na habilitação, a contratada deverá regularizar a sua situação no prazo de até 15 (quinze) dias, sob pena de aplicação das sanções contratuais e rescisão do contrato.



7.10 O pagamento efetuado pela Autarquia Municipal de Educação não isenta a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades.

7.11 É vedado à contratada transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

7.12 Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela Autarquia Municipal de Educação, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

Forma de pagamento

7.13 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.14 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.15 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.16 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

Exigências de habilitação

8.2 Para fins de habilitação técnica deverá o licitante comprovar os requisitos de praxe estabelecidos pela Superintendência de Licitações conforme descritos na minuta do Edital, bem como apresentar atestado(s) ou documento(s) equivalente(s) emitido(s) por pessoa(s) física(s) e/ou jurídica(s) de direito público ou privado, apto(s) a demonstrar a execução satisfatória de objeto compatível, independentemente do ente contratante.

Estimativas do valor da contratação

8.3 O valor máximo da licitação para contratação com base nas quantidades estimadas a serem adquiridas pela Autarquia Municipal de Educação de Apucarana é de **R\$ 238.732,59 (duzentos e trinta e oito mil e setecentos e trinta e dois reais e cinquenta e nove centavos)**, conforme detalhado no mapa de preços em anexo ao estudo técnico.

8.4 Após análise dos valores praticados no mercado, considerando as fontes de consulta apresentadas na planilha supra colacionada, o preço máximo foi obtido através da média dos preços unitários.

8.5 Estes valores são considerados adequados e condizentes com os preços praticados no mercado, garantindo a efetivação da contratação com qualidade e economicidade para a Administração Pública.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Superintendência de Planejamento.

10. DAS CLÁUSULAS ANTI-FRAUDE E ANTI-CORRUPÇÃO

10.1 Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:



a) “Prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

b) “Prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

c) “Prática colusivas”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

d) “Prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) “Prática obstrutiva”: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes da unidade gestora, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista na cláusula dos contratos vinculados à mesma, atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito da unidade gestora promover inspeção.

10.2 Qualquer usuário ou cidadão poderá, a qualquer tempo, denunciar irregularidades no faturamento ou na prestação dos serviços ora contratados.

Município de Apucarana, 07 de agosto de 2026.

Stephanie Karoline Maia Buzato

Fiscal Administrativo

Adilene Nogueira Ferreira Ananias

Fiscal Técnico

Prof.ª Ana Paula do Carmo Donato

Gestor



Elaborado por:

Sugestão de modelo de embalagem:



Observações:

- Todos os produtos deverão estar dentro do prazo de validade no momento da entrega;
- Os produtos deverão possuir rotulagem conforme legislação vigente da ANVISA e MAPA, quando aplicável;
- Não serão aceitos produtos violados, amassados, com embalagens danificadas ou em desacordo com as especificações;
- A composição e apresentação visual do kit deverão seguir padrão uniforme;
- A arte da embalagem será definida e aprovada pela contratante antes da produção final;
- Os produtos poderão ser substituídos por equivalentes de qualidade igual ou superior, desde que previamente aprovados pela contratante.



Endereço das Unidades Escolares

INSTITUIÇÃO	ENDEREÇO	TELEFONE
AUTARQUIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	AVENIDA JABOTI, 195-VILA SANTO IGNÁCIO II-CEP: 86802-000	3308-1699
CMEI ALICE PEREIRA DE ARAÚJO	R. INOCENTE MARTINS, Nº18-CONJ. HAB. SUMATRA II-CEP: 86.812- 767	3422-0586
CMEI ANA LUIZÃO FESTI	R. AUGUSTO FERREIRA CHAGAS, 847-DISTRITO DE PIRAPÓ-CEP: 86.818-000	3440-1621
CMEI ANTÔNIO DO CARMO RIBEIRO	R. NELSON MIQUELÃO, 357-DISTRITO CAIXA DE SÃO PEDRO-CEP: 86817-000	3440-5239
CMEI BENEDITO LEUGI	R. RIO CONGOINHAS, 240-N. H. JOÃO PAULO-CEP: 86.801-070	3425-9341
CMEI COSAP	R. PRIMEIRO DE MAIO, 225-VILA OPERARIA-CEP: 86.801-520	3423-0424
CMEI DOMINGOS MAREZE	R. SERRA DO CADEADO, 349-N. H. ADRIANO CORREIA-CEP: 86.813-070	3422-6724
CMEI GERALDA SIQUEIRA BORMAITA	R. LUIS CLÁUDIO MATSUI, 55-JARDIM COLONIAL-CEP: 86.812-540	3426-7833
CMEI IRMÃ DULCE	R. JOSÉ CARDOSO SOBRINHO, 364-PARQUE BIGUAÇU-CEP: 86800-065	3424-5577
CMEI IZABEL HOLAK	R. SÃO LEOPOLDO, 101-N. H. DOM ROMEU ALBERTI-CEP: 86.806-170	3422-2462
CMEI JANDIRA GOMES SCARPELINI	R. FERNANDO PEREIRA, 314 - JARDIM PONTA GROSSA-CEP: 86.805-180	3423-1338
CMEI JONAS PIRES	R. JAIR FIDELIS MARQUES, 305-RESIDENCIA LGARCIA-CEP: 86.807-560	3424-1593
CMEI JOSA RIBEIRO	R. MANOEL LUIZ SILVA, 282-VILA SÃO CARLOS CEP: 86.800-470	3422-8453
CMEI JOSÉ IGNÁCIO NETO	R. PAPAGAIO, 321-N. H. MICHELSONI-CEP: 86.813-380	3424-7962
CMEI LUIS ANIBAL MATIUZZI	R. CONS ZACARIAS DE G. VASCONCELOS, 67-PARIGOT SOUZA CEP: 86.802-690	3422-2186
CMEI MARIA DE NAZARÉ	R. AGOSTINHO DOS SANTOS, 164-N. H. CASTELO BRANCO CEP: 86.800-380	3034-1895
CMEI MARIA DOS SANTOS GRAVENA	R. CATANDUVA, 231-JARDIM PONTA GROSSA-CEP: 86.807.320	3422-7125
CMEI MIGUEL MORENO	R. NOSSASENHORADOBOMCONSELHO, 18-VILAREIS-CEP: 86.819-000	3423-1300
CMEI OLÍVIO FERNANDES	R. EDWARD ANDRADE, 517-TANCREDO NEVES CEP: 86807-100	3426-6469
CMEI PROFª ONÉSIMO DE OLIVEIRA MORAES	R. NOSSA S. DA CONCEIÇÃO, 612-JARDIM PRES. KENNEDY-CEP: 86.809-120	3424-5078
CMEI SERAFIM COLOMBO	R. TRAVESSA PADRE TITO CERAZOLI, 73-JARDIM FIGUEIRA-CEP: 86801-356	3423-0424
CMEI TATIANE ANDREIA AGRELA FELIPPE CHINELLI	R. ADOLFO PEDROSO SILVA, 301-VILA SALETE-CEP: 86.807-010	3422-5263
CMEI SONHO DE ESPERANÇA	R. JOÃO MATIUZZI, 279-PQ BELA VISTA-CEP: 86.803-180	3423-3144
CMEI VILA NOVA	R. GRANDE ALEXANDRE, 442-VILA NOVA-CEP: 86.811-270	3033-5283
CMEI PROF. JOÃO BAPTISTA MAREZE	R. JACARANDÁ, -N. H. AFONSO ALVES CAMARGO-CEP: 86.803-490	EM OBRAS
CMEI PROFª MARIA ONIDE BALAN SARDINHA	R. JOAQUIM RODRIGUES, 464-RESID. SANCHES DOS SANTOS-CEP: 86.800-575	EM OBRAS
CMEI PROF. ANTONIO RONILSON RIVATO	R. ANDRY PRIJMA, 145-JARDIM CATUAI-CEP: 86.802-625	EM OBRAS
ESCOLA JOSE DOMINGOS SCARPELINI	R. ESTRADA LINDA APUCARANA-RESIDENCIAL INTERLAGOS	EM OBRAS
E. M. PROF MARIA TEREZA GEBRIN	AV. IEDOMARQUES, 115 FARIZ GEBRIM	
CMEI LAURA MAREZE	AV. IEDO MARQUES, 115 FARIZ GEBRIM	
E. M. ALBINO BIAICCHI	R. PROF. JUSCELINO KUBITSCHKE, 250-JARDIM TRABALHISTA-CEP: 86.807-180	3034-1651
E. M. ANTONIETA DA SILVA LAUTENSCHLAGER	R. NOSSA SRª DA CONCEIÇÃO, 449-JARDIM PRES. KENNEDY-CEP: 86.809-120	3423-2998
E. M. AUGUSTO WEYAND	R. MARCÍLIO DIAS, 889-JARDIM TIBAGI-CEP: 86.812-460	3425-8781
E. M. DINARTE PEREIRA DE ARAÚJO	R. PAULO SETÚBAL, 250-PARQUE BIGUAÇU-CEP: 86.808-280	3426-8689
E. M. DR. EDSON GIACOMINI	R. JACARANDÁ, 07- N. H. AFONSO ALVES DE CAMARGO- CEP: 86.803-490	3034-1894
E. M. DR. JOAQUIM VICENTE DE CASTRO	R. QUINTINO BOCAIUVA, 738-VILA SANTA ROSA-CEP: 86.811-000	3033-4215
E. M. DR. OSVALDO DOS SANTOS LIMA	R. EMÍLIO DE MENEZES, 500-JARDIM ALVORADA-CEP: 86.807-360	3034-3390
E. M. FÁBIO HENRIQUE DA SILVA	R. JAIR FIDELIS MARQUES, 240 -RESIDENCIAL GARCIA - CEP: 86807- 560	3423-7759

Autarquia Municipal de Educação
Avenida Jaboti, 195
Vila Martins, Apucarana - PR
(43) 3308-1699 | www.apucarana.pr.gov.br/ame



AUTARQUIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

E. M. FERNANDO JOSÉ ACOSTA	R. ILSO FERREIRA GUERRA, 405-SUMATRA I-CEP: 86812-752	3423-1311
E. M. GABRIEL DE LARA	R. ARTHUR BERNARDES, 487-VILA ORIZZI-CEP: 86.808-060	3033-6879
E. M. HUMBERTO ALENCAR CASTELO BRANCO	R. CARMEM MIRANDA, 114-N.H.CASTELO BRANCO-CEP: 86.812-330	3034-1596
E. M. JOÃO ANTÔNIO BRAGA CÔRTEZ	R. ÍTALO ADO FONTANINI, 486-VILA FORMOSA-CEP: 86.800-630	3033-7491
E. M. JOÃO BATISTA	R. JARDINOPOLIS, S/N-VILAVITÓRIA RÉGIA-CEP: 86801-200	3423-0014
E. M. JOSÉ BRAZIL CAMARGO	R. PAPAGAI, 318-N. H. MICHEL SONI-CEP: 86.813-380	3425-6004
E. M. JOSÉ DE ALENCAR	R. APUCARANA, 415-VILA REIS-CEP: 86.819-000	3456-1004
E. M. JOSÉ IDÉSIO BRIANEZI	R. RIO ALONZO, 55-N. H. JOÃO PAULO -CEP: 86.801-230	3426-2526
E. M. JUIZ LUIZ FERNANDO ARAUJO PEREIRA	R. SÃO SEBASTIÃO, 164 - N. H. DOM ROMEU ALBERTI-CEP: 86.806-120	3423-4544
E. M. KAREL KOBER	R. CATANDUVA, 335-JARDIM AMÉRICA-CEP: 86.807-320	3034-1255
E. M. LUIZ CARLOS PRESTES	R. OURO VERDE, 632-JD AMERICA-CEP: 86807-030	3426-6541
E. M. MATEUS LEME	R.NOVA UCRÂNIA,548-VILA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO-86.802-500	3422-8318
E. M. MONSENHOR ARNALDO BELTRAMI	R. LUIZ CLÁUDIO MATSUI, 106 - JARDIM COLONIAL II-CEP: 86.812-540	3422-7879
E. M. PADRE ANTÔNIO VIEIRA	R. CALIFÓRNIA,555- DISTRITO DE CORREIA DEF REITAS-CEP: 86.816-000	3458-1002
E. M. PAPA JOÃO XXIII	R. PAPA JOÃO XXIII, 85-VILA REGINA-CEP: 86.801-450	3422-1226
E. M. PLÁCIDO DE CASTRO	AV. SERRA DA MANTIQUEIRA, 152-N. H. ADRIANO CORREIA-CEP 86.813-000	3425-6190
E. M. PRESIDENTE MÉDICI	R. PERNAMBUCO, 103-JARDIM APUCARANA-CEP: 86804-220	3425-7831
E. M. PROFª MARIA MADALENA CÔCO	R. ROLÂNDIA, 316-VILA MARTINS-CEP: 86800-410	3424-3509
E. M. PROFª MARILDA DUARTE NOLI	R. EMILIANO PERNETA, 509 - JARDIM PONTA GROSSA-CEP: 86.807-350	3034-1669
E. M. PROFª MARTA PEREIRA	R. SANTA CÂNDIDA, 89-JARDIM MENEGAZZO-CEP: 86.802-040	3033-3653
E. M. PROF. ALCIDES RAMOS	R. RIO IGUAÇU, 10-N. H. OSMAR GUARACY FREIRE-CEP: 86.801-020	3425-6166
E. M. PROF. BENTO FERNANDES DIAS	R. JOSÉ MISKOWSKI, 272-JARDIM MALIBU-CEP: 86.812-285	3426-9879
E. M. PROF. DURVAL PINTO	AV. MITSUOHAYASHI, 335-CENTRO-CEP: 86.800-360	3423-3550
E. M. PROF. IDALICE MOREIRA PRATES	R. JOÃO MATIUZZI, 425-PARQUE BELA VISTA-CEP: 86.803- 80	3424-0738
E. M. SENADOR MARCOS DE BARROS FREIRE	R. CASTRO ALVES, 1212-JARDIM PONTA GROSSA-CEP: 86.805-040	3034-0581
E. M. VEREADOR JOSÉ RAMOS DE OLIVEIRA	AVENIDA ANDRÉ HERNANDES, 917-DISTRITO DE PIRAPÓ-CEP: 86.818-000	3440-1626
E. M. WILSON DE AZEVEDO	R.NELSON MIQUELÃO, 346-DISTRITO CAIXA DE SÃO PEDRO-CEP 86.817-000	3440-5244

Obs.: Podem ser incluídos e/ou excluídos locais, em respeito à superveniência do interesse público.



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

1. INTRODUÇÃO

1.1 O princípio do planejamento é um dos pilares da Lei Federal nº 14.133/2021 e ao Decreto Municipal nº 936/2023, o qual regulamenta a citada Legislação Federal e tem como objetivo assegurar que as licitações e os contratos públicos sejam conduzidos de forma mais eficiente e transparente.

1.2 Para tanto, a Lei estabelece uma série de regras e procedimentos que devem ser observados na fase de planejamento da contratação pública, dentre elas a obrigatoriedade da elaboração de estudos técnicos preliminares para todas as contratações públicas, destacando-se assim a importância do princípio do planejamento.

1.3 O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1 O objetivo desta contratação é permitir a aquisição de kits de doces para serem entregues a todos os alunos da rede municipal de ensino em comemoração ao dia das crianças, a fim de celebrar a infância, etapa marcante do desenvolvimento, em que se vivem as primeiras experiências sociais fora do núcleo familiar, convivendo com os semelhantes e adultos no ambiente escolar buscando transmitir às crianças um momento de confraternização, satisfação e a perseverança.

2.2 Para além, a entrega dos doces visa também fortalecer o vínculo afetivo entre a escola e os estudantes, bem como entre a instituição educacional e as famílias, por



meio de ações comemorativas que valorizem a presença da criança no ambiente escolar.

3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

3.1 A contratação pretendida trata de uma despesa recorrente, cuja previsão do recurso é feita anualmente através da dotação orçamentária informada pela Superintendência de Planejamento, além de fazer parte do Plano Anual de Contratações (página 5, item 4) e estar de acordo com o Plano Estratégico desta Autarquia Municipal de Apucarana.

AUTARQUIA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO

3. DETALHAMENTO DO PLANO

3.1 MATERIAIS

UASG	ITEM	TIPO DE ITEM	SUBITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR ORÇAMENTÁRIO ESTIMADO PARA O EXERCÍCIO	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	GRAU DE PRIORIDADE	DATA DESEJADA	RENOVAÇÃO DE CONTRATO
928300	01	Material	Consumo	AQUISIÇÃO DE PNEUS	1,0	265.618,00		NORMAL	JANEIRO	NÃO
928300	02	Material	Consumo	MATERIAL PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1,0	3.425.558,76		NORMAL	MARÇO	NÃO
928300	03	Material	PERMANENTE	MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS	1,0	2.076.605,80		NORMAL	ABRIL	NÃO
928300	04	Material	Consumo	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	1,0	8.255.860,29		NORMAL	FEVEREIRO	NÃO
928300	05	Material	Consumo	MATERIAL DE EXPEDIENTE	1,0	566.586,95		NORMAL	JUNHO	NÃO
928300	06	Material	Consumo	MATERIAL ESCOLAR	1,0	551.828,06		NORMAL	JUNHO	NÃO
928300	07	Material	Consumo	AQUISIÇÃO DE EPI	1,0	113.731,50		NORMAL	JUNHO	NÃO
928300	08	Material	Consumo	MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1,0	92.878,38		NORMAL	MAIO	NÃO
928300	09	Material	Consumo	MATERIAL DIDÁTICO E PEDAGÓGICO	1,0	6.374.458,55		NORMAL	JULHO	NÃO
928300	10	Material	Consumo	MATERIAL DE LIMPEZA	1,0	1.327.903,80		NORMAL	AGOSTO	NÃO
928300	11	Material	Consumo	UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	1,0	261.261,80		NORMAL	SETEMBRO	NÃO
928300	12	Material	PERMANENTE	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	1,0	2.000.000,00		NORMAL	JUNHO	NÃO

Página 5 de 7



4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Atender a todos os requisitos de regularidade jurídica, fiscal, técnica e econômico e financeira, previstos na Lei Federal nº 14.133/2021. Comprovação de aptidão para o fornecimento dos itens compatível em características e prazos com o objeto de licitação, que será atendida pela apresentação de atestado(s) ou documento(s) equivalente(s) emitido(s) por pessoa(s) física(s) e/ou jurídica(s) de direito público ou privado, apto(s) a demonstrar a execução satisfatória de objeto compatível, independentemente do ente contratante.

4.2 O licitante deverá apresentar, quando solicitado pela Administração, amostras dos produtos ofertados, para fins de análise quanto à conformidade com as especificações do edital, especialmente nos quesitos: tipo do produto, sabor, embalagem, rotulagem, integridade, validade e apresentação comercial.

4.3 Os produtos dentro dos kits deverão ser entregues em embalagens individuais, seguras e apropriadas ao consumo infantil, respeitando as condições estabelecidas no Termo de Referência.

4.4 Descritivo dos itens:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND
1	<p>Kit comemorativo em alusão ao Dia das Crianças, acondicionado em embalagem plástica personalizada, resistente, atóxica, adequada ao transporte, armazenamento e manuseio, com temática comemorativa infantil e identificação visual definida pela contratante.</p> <p>A embalagem confeccionada em plástico polipropileno (PP) ou material equivalente, transparente, resistente e apropriado para acondicionamento de produtos alimentícios embalados, contendo impressão colorida em alta definição.</p> <p>Especificações mínimas da embalagem:</p> <ul style="list-style-type: none">• Dimensões aproximadas de 30 cm de largura x 30 cm de altura, admitindo-se variação de até ± 2 cm;• Espessura mínima de 0,08 mm (80 micras);• Alça vazada reforçada ou sistema equivalente;• Solda térmica reforçada nas laterais e fundo;• Fechamento superior através de lacre, adesivo, etiqueta, aba dobrável, zip lock ou sistema equivalente;• Material atóxico, resistente e compatível com o peso dos itens acondicionados;• Impressão personalizada com temática infantil/comemorativa, conforme layout	12.030	UNIDADE



	<p>aprovado pela contratante.</p> <p>O kit deverá ser entregue completamente montado pelo fornecedor, contendo obrigatoriamente a quantidade especificada de cada item abaixo relacionado:</p> <ul style="list-style-type: none">• 01 (uma) unidade de pipoca doce crocante, 100% natural, sem corantes e sem aditivos artificiais, contendo como ingredientes apenas canjica de milho e açúcar, embalagem de 40 gramas;• 01 (uma) unidade de paçoquinha com 18 gramas, contendo apenas amendoim, açúcar e sal;• 02 (duas) unidades de pingo de leite com 10 gramas cada;• 8 (oito) unidades de bala mastigável sabor iogurte de morango;• 02 (duas) unidades de chocolate ao leite com recheio sabor morango, com aproximadamente 13 gramas cada;• 01 (uma) unidade de bala de goma de amido sortida, sabores laranja, abacaxi, limão, uva e morango em formato de tubo com aproximadamente 32 gramas;• 02 (duas) unidades de creme de avelã sabor napolitano, pote com aproximadamente 10 gramas cada;• 01 unidade de bombom recheado com creme de castanha de caju envolto por wafer crocante, coberto com chocolate ao leite, acondicionado individualmente em embalagem original do fabricante, com peso mínimo de 20 gramas;• 01 (uma) unidade de pirulito psicodélico médio sabor tutti-frutti, com diâmetro mínimo de 9 cm;• 01 (uma) unidade de pirulito mastigável sabor iogurte de morango.		
2	<p>KIT COMEMORATIVO EM ALUSÃO AO DIA DAS CRIANÇAS DESTINADO A ALUNOS COM DIABETES, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA PERSONALIZADA, RESISTENTE, ATÓXICA, ADEQUADA AO TRANSPORTE, ARMAZENAMENTO E MANUSEIO, COM TEMÁTICA COMEMORATIVA INFANTIL E IDENTIFICAÇÃO VISUAL DEFINIDA PELA CONTRATANTE.</p> <p>A embalagem deverá ser confeccionada em plástico polipropileno (PP) ou material equivalente, transparente, resistente e apropriado para acondicionamento de produtos alimentícios embalados, contendo impressão colorida em alta definição.</p> <p>Especificações mínimas da embalagem:</p> <ul style="list-style-type: none">• Dimensões aproximadas de 30 cm de largura x 30 cm de altura, admitindo-se variação de até ± 2 cm;• Espessura mínima de 0,08 mm (80 micras);• Alça vazada reforçada ou sistema equivalente;• Solda térmica reforçada nas laterais e fundo;• Fechamento superior através de lacre, adesivo, etiqueta, aba dobrável, zip lock ou sistema equivalente;• Material atóxico, resistente e compatível com o peso dos itens acondicionados;• Impressão personalizada com temática infantil/comemorativa, conforme layout aprovado pela contratante.	20	UNIDADE



	<p>O kit deverá ser entregue completamente montado pelo fornecedor, contendo obrigatoriamente a quantidade especificada de cada item abaixo relacionado:</p> <ul style="list-style-type: none">• 01 (uma) unidade de pipoca crocante sem adição de açúcares, elaborada à base de milho, acondicionada em embalagem individual com aproximadamente 25 a 35 gramas;• 01 (uma) unidade de paçoca diet ou sem adição de açúcares, à base de amendoim, com aproximadamente 18 gramas;• 02 (duas) unidades de doce de leite diet ou produto similar sem adição de açúcares, embalados individualmente com peso entre 25 a 35g;• 08 (oito) unidades de bala mastigável sem adição de açúcares, sabores variados;• 02 (duas) unidades de chocolate ao leite diet ou sem adição de açúcares, com aproximadamente 10 a 15 gramas cada;• 01 (uma) unidade de bala de goma sem adição de açúcares, sabores variados, peso entre 18 e 22 gramas;• 02 (duas) unidades de bombom diet ou sem adição de açúcares, recheado ou sabor chocolate, com peso entre 10 e 18 gramas;• 01 (uma) unidade de pirulito sem adição de açúcares, sabor artificial ou frutado, embalagem aproximada de 7 a 10 gramas;• 01 (uma) unidade de pirulito mastigável sem adição de açúcares, sabores variados. <p>Todos os produtos deverão possuir rotulagem nutricional em conformidade com a legislação vigente, contendo identificação clara da condição "SEM ADIÇÃO DE AÇÚCARES", "DIET" ou equivalente, sendo vedado o fornecimento de produtos com adição de sacarose em sua formulação.</p>		
3	<p>KIT COMEMORATIVO EM ALUSÃO AO DIA DAS CRIANÇAS DESTINADO A ALUNOS COM RESTRIÇÕES ALIMENTARES MÚLTIPLAS, INCLUINDO ALERGIA À PROTEÍNA DO LEITE DE VACA (APLV), INTOLERÂNCIA À LACTOSE, DOENÇA CELÍACA, ALERGIA AO OVO, CORANTES ARTIFICIAIS, CACAU, AMENDOIM, SOJA E AMÊNDOAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA PERSONALIZADA, RESISTENTE, ATÓXICA, ADEQUADA AO TRANSPORTE, ARMAZENAMENTO E MANUSEIO, COM TEMÁTICA COMEMORATIVA INFANTIL E IDENTIFICAÇÃO VISUAL DEFINIDA PELA CONTRATANTE.</p> <p>A embalagem deverá ser confeccionada em plástico polipropileno (PP) ou material equivalente, transparente, resistente e apropriado para acondicionamento de produtos alimentícios embalados, contendo impressão colorida em alta definição.</p> <p>Especificações mínimas da embalagem:</p> <ul style="list-style-type: none">• Dimensões aproximadas de 30 cm de largura x 30 cm de altura, admitindo-se variação de até ± 2 cm;• Espessura mínima de 0,08 mm (80 micras);• Alça vazada reforçada ou sistema equivalente;• Solda térmica reforçada nas laterais e fundo;• Fechamento superior através de lacre, adesivo, etiqueta, aba dobrável, zip lock ou sistema equivalente;• Material atóxico, resistente e compatível com o peso dos itens acondicionados;	420	UNIDADE



<ul style="list-style-type: none">• Impressão personalizada com temática infantil/comemorativa, conforme layout aprovado pela contratante. <p>O kit deverá ser entregue completamente montado pelo fornecedor, contendo obrigatoriamente a quantidade especificada de cada item abaixo relacionado:</p> <ul style="list-style-type: none">• 01 (uma) unidade de pipoca natural ou levemente adocicada, elaborada à base de milho, acondicionada em embalagem individual com aproximadamente 30 a 40 gramas;• 01 (uma) unidade de snack de milho assado ou extrusado, livre dos alergênicos restritivos, embalagem individual contendo entre 20 e 40 gramas;• 01 (uma) unidade de biscoito de polvilho tradicional, sem glúten, sem leite, sem ovos, sem soja e sem corantes artificiais, embalagem individual contendo entre 20 e 40 gramas;• 01 (uma) unidade de barra de frutas composta exclusivamente por frutas ou frutas e coco, sem adição de corantes artificiais, contendo no mínimo 20 gramas;• 08 (oito) unidades de bala sabor frutas, isenta de leite e derivados, sem adição de corantes artificiais, acondicionada individualmente em embalagem original do fabricante, íntegra e própria para consumo, com peso mínimo de 5 gramas por unidade;• 02 (duas) unidades de doce tipo bananinha, elaborado à base de banana, apresentando textura macia, sabor e aroma característicos da fruta, acondicionado individualmente em embalagem original do fabricante, com peso mínimo de 20 gramas;• 02 (duas) unidades de doce de abóbora em formato de coração, elaborado a partir de abóbora e açúcar, com textura macia, acondicionado individualmente em embalagem apropriada para alimentos, com peso mínimo de 25 gramas;• 01 (uma) unidade de purê à base de fruta ou néctar sem os alergênicos descritos, em embalagem individual de aproximadamente de 90 a 100gramas;• 01 (uma) unidade de chips de banana, maçã ou fruta similar, acondicionados em embalagem individual, embalagem de 40 gramas. <p>Todos os produtos deverão ser comprovadamente isentos de leite e derivados, lactose, glúten, ovo e derivados, soja e derivados, cacau, amendoim, amêndoas e demais castanhas, bem como corantes artificiais.</p> <p>Não serão aceitos produtos que contenham, em sua composição ou advertência de alergênicos, as expressões "CONTÉM" ou "PODE CONTER" relacionadas aos ingredientes restritivos descritos neste item.</p> <p>Os produtos deverão apresentar rotulagem completa, em conformidade com a legislação vigente, e ser entregues em embalagem íntegra, original do fabricante e com prazo de validade compatível com a data de distribuição aos alunos.</p> <p>A contratante poderá solicitar fichas técnicas, laudos, rótulos ou documentos complementares que comprovem o atendimento integral às restrições alimentares exigidas.</p>		
--	--	--



4	<p>KIT COMEMORATIVO EM ALUSÃO AO DIA DAS CRIANÇAS DESTINADO A ALUNOS COM FENILCETONÚRIA (PKU), ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PERSONALIZADA, RESISTENTE, ATÓXICA E ADEQUADA AO TRANSPORTE E MANUSEIO. A embalagem deverá ser confeccionada em plástico polipropileno (PP) ou material equivalente, transparente, resistente e apropriado para acondicionamento de produtos alimentícios embalados, contendo impressão colorida em alta definição.</p> <p>Especificações mínimas da embalagem:</p> <ul style="list-style-type: none">• Dimensões aproximadas de 30 cm de largura x 30 cm de altura, admitindo-se variação de até ± 2 cm;• Espessura mínima de 0,08 mm (80 micras);• Alça vazada reforçada ou sistema equivalente;• Solda térmica reforçada nas laterais e fundo;• Fechamento superior através de lacre, adesivo, etiqueta, aba dobrável, zip lock ou sistema equivalente;• Material atóxico, resistente e compatível com o peso dos itens acondicionados;• Impressão personalizada com temática infantil/comemorativa, conforme layout aprovado pela contratante. <p>O kit deverá ser entregue completamente montado pelo fornecedor, contendo produtos alimentícios com baixo teor de proteína e reduzido teor de fenilalanina, observando a prescrição nutricional individual do aluno, podendo conter:</p> <ul style="list-style-type: none">• 01 (uma) unidade de pipoca doce sem adição de ingredientes proteicos, peso mínimo de 40 gramas;• 01 (uma) unidade de fruta desidratada em embalagem individual com peso mínimo de 40 gramas;• 08 (oito) unidades de bala sabor frutas, isenta de leite e derivados, sem adição de corantes artificiais, acondicionada individualmente em embalagem original do fabricante, íntegra e própria para consumo, com peso mínimo de 5 gramas por unidade;• 01 (uma) unidade de bala de goma de amido sortida, sabores laranja, abacaxi, limão, uva e morango em formato de tubo com aproximadamente 32 gramas;• 01 (uma) unidade DE Mandioquinha Chips 45 g Vegano Sem Glúten;• 01 (uma) unidade de chips de frutas, podendo ser de frutas variadas ou apenas 1 tipo de fruta, embalagem entre 35 a 50 gramas;• 01 (uma) unidade de bebida à base de frutas, adequada à dieta do aluno;• 01 (uma) de embalagem com bombons pretos contendo em seus ingredientes: Chocolate branco (açúcar, manteiga de cacau, gordura vegetal, maltodextrina, polidestrose, emulsificante lecitina de girassol e aromatizante) e chocolate amargo (massa de cacau, açúcar cristal orgânico e manteiga de cacau). Produto isento de leite/lactose, glúten, ovos e castanhas/amendoim. Embalagem de 60 gramas;• 01 (uma) unidade de moranguito contendo em sua formulação <p>Ingredientes: Chocolate branco (açúcar, manteiga de cacau, gordura vegetal, maltodextrina, polidestrose, emulsificante lecitina de girassol e aromatizante), fondant</p>	1	UNIDADE
---	--	---	---------



	<p>(açúcar, água, xarope de glicose e corante INS 171), chocolate amargo (massa de cacau, açúcar cristal orgânico e manteiga de cacau), pó para preparo de milk-shake sabor morango (açúcar, amido de milho, vitaminas, espessantes INS 415 e 412, acidulante INS 330, estabilizante INS 466, aromatizante e corante vermelho 40) e gordura de coco. Peso de 20 gramas.</p> <p>Todos os produtos deverão possuir baixo teor de proteína e ser compatíveis com a dieta de restrição de fenilalanina.</p> <p>A composição final do kit deverá ser previamente aprovada pela equipe técnica de nutrição da contratante, podendo sofrer adequações conforme a necessidade individual do aluno atendido.</p>		
--	---	--	--

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

5.1 O quantitativo foi elaborado baseado no número de alunos matriculados e também se levando em consideração os alunos com patologias relacionadas à alimentação e nutrição, sendo que devem ser consideradas todas as restrições alimentares.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1 Durante o levantamento de mercado, foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades da Administração Pública, por meio de consultas ao Portal de Informações para Todos (PIT) do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e a outras plataformas públicas de transparência. Verificou-se que a aquisição de doces e guloseimas em datas comemorativas é prática comum, sendo majoritariamente realizada por meio de Pregão Eletrônico, dada a natureza de bens comuns, a ampla competitividade proporcionada e a maior economicidade observada, conforme informações abaixo:

MUNICÍPIO	Nº CONTRATO	OBJETO
Cafeara	12625/25	Compra de sorvete (picolé de frutas) para as crianças do nosso município em comemoração às festividades do dia das crianças do ano de 2025.
Capitão Leônidas Marques	432/25	Aquisição de 2.000 duas mil unidades de kits, contendo gêneros alimentícios doces e guloseimas e de 2.000 duas mil unidades de kits lúdico-educativos contendo livro de colorir e 12 canetinhas, tendo como objetivo realizar atividades comemorativas ao dia das crianças, junto às crianças e adolescentes atendidos pelos programas socioassistenciais do município de Capitão Leônidas Marques bem como da



		comunidade em geral, com o intuito de promover momentos de lazer, alegria e inclusão social.
Iguatu	4021/25	Constitui o presente objeto a contratação de empresa para fornecimento de cestas de doces, para distribuição em comemoração ao dia das crianças.
Maria Helena	195/25	Aquisição de gênero alimentício (pão de mel) para atender aos alunos matriculados nas escolas da rede municipal de ensino, em comemoração ao dia das crianças, conforme descrito neste termo de referência, parte integrante do presente edital.
Santo Antônio do Caiuá	92/25	Contratação de empresa especializada no fornecimento de doces que serão distribuídos para os alunos matriculados no CRAS em comemoração ao dia das crianças conforme solicitação do Departamento de Assistência Social.
Santo Inácio	86/25	Contratação de empresa especializada para fornecimento de churros prontos para consumo, tipo doce, preparados de forma artesanal/industrializada, frescos, devidamente acondicionados em embalagens higiênicas e adequadas ao consumo imediato, visando atender o evento para o dia das crianças, no dia dez de outubro de dois mil e vinte e cinco, promovido pela Secretária de Educação.
São Carlos do Ivaí	212/25	Aquisição de sorvetes destinados ao evento do dia das crianças do município de São Carlos do Ivaí/PR.
São José da Boa Vista	62/25	Aquisição de sorvetes para o evento do dia das crianças que ocorrerá no período dos dias 06 à 10 de outubro de 2025.

Fonte: <https://pit.tce.pr.gov.br/ContratoConsulta/Consulta>, acesso em 25/06/2026. (limitada aos últimos 12 meses)

6.2 Vale frisar que não foram identificadas soluções mais eficientes ou inovações tecnológicas aplicáveis ao presente objeto. A forma de fornecimento tradicional permanece como a alternativa mais viável técnica e economicamente, considerando também aspectos logísticos e de padronização. Além disso, a contratação por kits foi considerada a mais adequada à realidade local, favorecendo a participação de fornecedores diversos e garantindo o atendimento equitativo das unidades escolares.

7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

7.1 Os preços foram coletados de acordo com o disposto no Artigo 23, §1º da Lei nº 14.133/2021 e no Artigo 71 do Decreto Municipal nº 936/2023. Após análise dos valores praticados no mercado, o preço máximo de **R\$ 238.732,59 (duzentos e trinta e oito mil e setecentos e trinta e dois reais e cinquenta e nove centavos)** foi definido por meio da média dos preços obtidos através das cotações do Sistema LF. Restando atendidos os preceitos da economicidade e eficiência na utilização dos recursos públicos.



8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

8.1 A solução proposta para atendimento da demanda apresentada consiste na realização de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos do art. 6º, inciso XLI, da Lei Federal nº 14.133/2021, visando à aquisição de kits de doces para serem entregues a todos os alunos da rede municipal de ensino em comemoração ao dia das crianças.

8.2 A escolha por esse formato leva em consideração a necessidade de garantir a distribuição padronizada e tempestiva dos itens na comemoração ao Dia das Crianças, refinando o planejamento logístico e assegurando a integridade e validade dos produtos no momento da entrega.

8.3 A execução da solução envolve a articulação entre os setores internos da Autarquia Municipal de Educação, permitindo controle eficiente dos processos de aquisição, recebimento, conferência e distribuição, alinhados ao calendário escolar e ao cronograma de atividades pedagógicas.

8.4 Trata-se, portanto, da solução que melhor atende às necessidades identificadas, observando os princípios da legalidade, transparência, eficiência e vantajosidade previstos na legislação vigente.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

9.1 Com o presente processo licitatório, pretende-se alcançar resultados concretos tanto no campo da economicidade quanto no aproveitamento dos recursos públicos. A adoção da modalidade Pregão Eletrônico assegura a seleção da proposta mais vantajosa para o município, garantindo a aquisição dos produtos com melhor relação custo-benefício, com base em ampla concorrência e disputa de lances.

9.2 A aquisição em parcela única permite ganhos de escala, reduzindo custos unitários e melhorando o processo logístico. Tal medida evita aquisições fracionadas pelas unidades escolares, que poderiam resultar em preços menos competitivos e dificuldades de padronização.



9.3 Espera-se, ainda, como resultado, o atendimento equitativo de todas as escolas e CMEIs da rede municipal de ensino, assegurando que todas possam celebrar a infância, uma etapa marcante do desenvolvimento, por meio de um momento coletivo de confraternização, pertencimento e valorização das crianças em seu processo de socialização escolar.

9.4 A medida contribui para a construção de um ambiente escolar mais acolhedor, humano e inclusivo, promovendo bem-estar às crianças e fortalecendo o papel da educação pública na formação cidadã desde os primeiros anos.

10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

10.1 O parcelamento da solução é a regra devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes.

10.2 Considerando as especificidades do presente objeto a demanda será parcelada, haja visto, a comprovação técnica e economicamente viável, com o intuito de propiciar o melhor aproveitamento do mercado e a ampliação da competitividade, por isso, a licitação será dividida por itens.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

11.1 Não serão necessárias quaisquer adequações, quer seja logística, infraestrutura, pessoal, procedimental ou regimental.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

12.1 Este estudo não identificou a necessidade de realizar contratações acessórias para a perfeita execução do objeto, uma vez que todos os meios necessários para a aquisição do objeto podem ser supridos apenas com a contratação ora proposta.



13. IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1 Um possível impacto ambiental relacionado à contratação pleiteada é a destinação incorreta dos resíduos oriundos das embalagens dos produtos. Após o uso, as embalagens dos itens devem passar por um processo de triagem e, posteriormente, serem destinadas ao serviço de coleta específico. Outra categoria de resíduo proveniente das atividades de pré-preparo, preparo e distribuição de alimentos e da limpeza regular das áreas das Unidades são os resíduos orgânicos. Quando não tratados adequadamente, podem causar risco de contaminação, seja pelo favorecimento da proliferação de microrganismos como as bactérias ou pela atração de vetores e pragas. A ANVISA determina que os estabelecimentos devam dispor de recipientes identificados e íntegros, de fácil higienização e transporte, em número e capacidade suficientes para conter os resíduos. Ainda, os coletores utilizados para disposição dos resíduos das áreas de preparação e armazenamento de alimentos devem ser dotados de tampas acionadas sem contato manual. Os normativos da agência dispõem também que os resíduos devem ser frequentemente coletados e estocados em local fechado e isolado preparação e armazenamento dos alimentos. Isso de modo a evitar focos de contaminação e atração de pragas e vetores urbanos.

13.2 Por fim, além dos resíduos orgânicos e das embalagens descartadas nas unidades escolares, é importante considerar que muitos doces possuem embalagens de difícil reciclagem, como plásticos metalizados e multicamadas, o que contribui para o aumento dos resíduos sólidos urbanos. Conforme orientação do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (4ª edição/CGU), recomenda-se que, sempre que possível, a contratação contemple critérios de sustentabilidade ambiental, tais como: preferência por embalagens recicláveis ou biodegradáveis, rótulos ambientalmente adequados e fornecedores comprometidos com boas práticas de produção.



14. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

14.1 Com base nas informações levantadas, salvo melhor juízo, declara-se que a contratação é VIÁVEL. As questões elencadas no presente estudo estabeleceram critérios de razoabilidade, eficiência, legalidade, especificações e o princípio da economicidade para administração pública.

15. ANÁLISE DE RISCO

15.1 Os riscos que poderiam afetar a contratação estão mitigados no Mapa de Gerenciamento de Riscos.

Diante do exposto, encaminhem-se à Superintendência de Licitações.

Município de Apucarana, 07 de agosto de 2026.

Stephanie Karoline Maia Buzato
Diretora do Setor Operacional

Adilene Nogueira Ferreira Ananias
Diretora de Ensino

Prof.^a Ana Paula do Carmo Donato
Diretora Presidente

Elaborado por:

Autorizo dar continuidade ao processo,
conforme determina o Decreto Municipal nº
936/2023.